

18 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Senado aprova uso de depósitos judiciais para pagar precatórios

Pagar precatório com depósitos provoca polêmica

Proposta aprovada no Senado deve facilitar o pagamento de R\$ 103 bilhões em precatórios (ações perdidas pelo ente público). O texto, porém, tem pontos polêmicos, ao permitir o uso por governos de depósitos judiciais relativos a processos particulares.

Principais beneficiados são cidade e Estado de São Paulo, que têm a maior parcela dos R\$ 103 bilhões devidos

ÉRICA FRAGA
MARIANA CARNEIRO
SÃO PAULO

Sob patrocínio dos governos do Estado e da cidade de São Paulo, o Senado aprovou neste mês proposta que deverá facilitar o pagamento de cerca de R\$ 103 bilhões em precatórios (ações perdidas pelos entes públicos) das administrações públicas do país. As gestões paulistas são as maiores devedoras de precatórios.

Mas a proposta traz pontos polêmicos, como o uso pelos governos de depósitos bancários feitos na Justiça em

Ponto mais polêmico é o que permite aos governos usar dinheiro de processos particulares

processos particulares — como uma disputa entre pessoas físicas. O texto prevê que até 20% desses recursos possam ser sacados com o fim exclusivo de pagar precatórios.

CRÍTICAS

“É uma poupança compulsória, algo que só é permitido pela Constituição em caso de guerra”, afirma Bernard Appy, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda.

“Pessoalmente, acho inadmissível usar depósitos de terceiros. Mas, como gestor de precatórios, digo que, se esse dinheiro vier realmente para isso, ajudará. Cansei de ver as pessoas morrerem sem receber essas dívidas”, diz o desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro, coordenador da Diretoria de Execução de Precatórios do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Por ter sofrido mudanças no Senado, a proposta precisa agora de nova análise pela Câmara. Mas a expectativa é que seja aprovada, pois os deputados já tinham dado aval em dezembro de 2015.

HISTÓRICO

A proposta feita pelo prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, e pelo governador Geraldo Alckmin surgiu como saída à determinação, feita pelo Supremo Tribunal Federal em 2013, de que as dívidas em precatórios acumuladas nas últimas décadas fossem pagas até 2020.

Segundo Haddad, sua gestão foi a primeira, em 20 anos, a cumprir a lei e a pagar todas as condenações judiciais sofridas durante seu mandato e a abater parte do estoque acumulado pelas gestões anteriores. Em 2015, São Paulo quitou cerca de R\$ 1,3 bilhão.

“Para não deixar para o meu sucessor, quem quer que seja, o mesmo problema que eu herdei, eu e o governador [Geraldo Alckmin] apresentamos essa proposta.”

“Se os calotes anteriores não tivessem ocorrido, teríamos tido R\$ 600 milhões a mais para investir”, disse.

CONTINUA

18 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

TRÊS PASSOS

A proposta de Haddad e Alckmin prevê três passos.

O primeiro é que as administrações públicas mantenham o mesmo esforço fiscal (como percentual das receitas) feito entre 2012 e 2015 para pagamento de precatórios.

Se isso não for suficiente, os governos podem lançar mão dos depósitos bancários de terceiros e, se ainda assim faltarem recursos, a emenda permite aos entes tomar empréstimos bancários. Apesar disso, Haddad afirma que, por ser uma troca de dívida, o valor total não se altera.

Segundo o prefeito, as operações previstas na proposta permitirão ainda a redução dos juros pagos, já que o custo do endividamento em precatórios é mais alto.

“A grande maioria, 98% dos entes, resolvem sem a operação de crédito”, diz Haddad, acrescentando que a cidade de São Paulo, sim, chegaria à terceira opção.

A POLÊMICA DOS PRECATÓRIOS

O que são precatórios?

Dívidas de governos e outros entes públicos decorrentes de ações perdidas na Justiça

ENTENDA O PROBLEMA

Nas últimas décadas, governos deram calotes nos pagamentos diversas vezes

BUSCA POR SOLUÇÃO

Em 2009, foi aprovada a chamada “emenda do calote” que deu aos governos devedores mais 15 anos para quitar seus precatórios. Em 2015, porém, o STF definiu que o estoque das dívidas deveria ser pago até 2015

NOVA LEGISLAÇÃO

Em 2015, um novo projeto de lei permitiu que os governos devedores usassem até 70% dos depósitos judiciais nos quais a administração pública é parte. A constitucionalidade é questionada no STF

PROJETO

A PEC 159, recém aprovada pelo Senado, tenta resolver esses problemas ao propor regras para o pagamento dos precatórios e viabilizar sua quitação até 2020. Ela prevê que os pagamentos até 2020 seguirão a seguinte ordem:

- Com recursos próprios, seguindo como regra a média de pagamentos entre 2012 e 2015
- Com depósitos judiciais de causas em que o Estado é parte (até 75%) e causas de terceiros (até 20%)
- Com dívida bancária, fora dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal

Dívidas têm histórico de calotes

Antes da proposta apresentada por Haddad e Alckmin, outras alternativas foram buscadas para solucionar a dívida acumulada dos entes públicos com precatórios.

No ano passado, foi aprovado um projeto de lei, apresentado pelo então senador José Serra (atual ministro das Relações Exteriores), que permitiu que as administrações devedoras usassem até 70% dos depósitos judiciais nos quais os governos são uma das partes.

Na nova proposta, esse percentual subiria para 75%, mas ainda assim, segundo Haddad, não daria conta de quitar as dívidas atrasadas.

A polêmica envolvendo precatórios é antiga e envolveu diversos calotes nas últimas décadas.

“A cada moratória, era criado um novo mecanismo para desafogar os devedores” afirma o desembargador Luís Paulo Aliende Ribeiro.

A gota d’água veio com a aprovação, em 2009, da “emenda do calote”, que deu aos governos devedores 15 anos para quitar seu estoque de precatórios.

A decisão provocou forte reação negativa dos credores, que liderados pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) apelaram ao STF. Em 2015, o Supremo definiu que a emenda valeria apenas por cinco anos, estabelecendo, como data-limite 2020.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

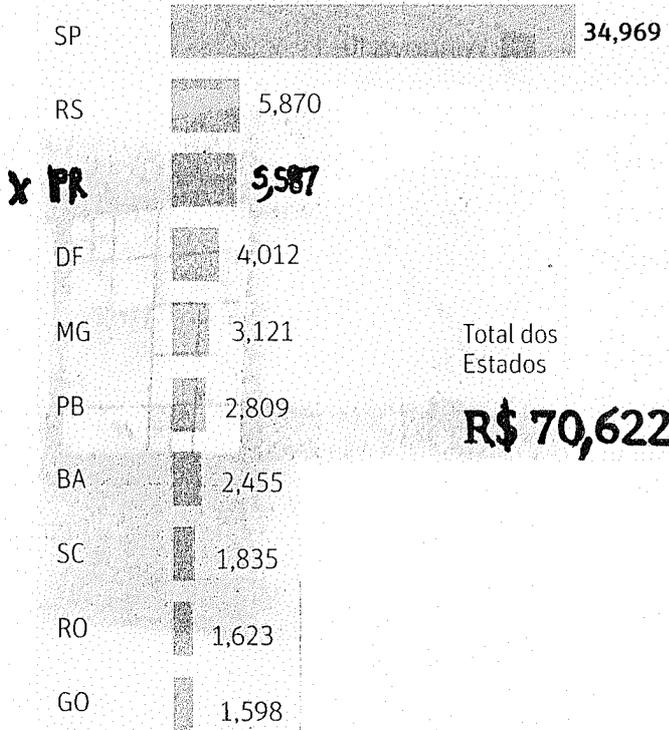
CONTINUAÇÃO

18 JUN 2016

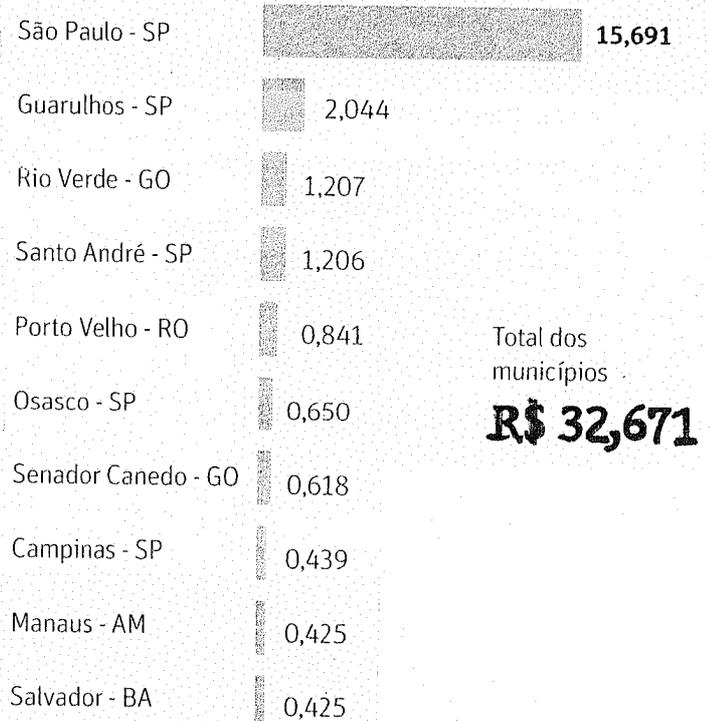
NO VERMELHO

Dívidas de ações perdidas na Justiça comprometem governos

Dívidas de precatórios nos entes locais, em R\$ bilhões



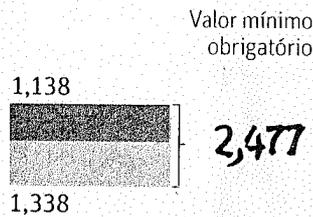
Os municípios mais endividados em precatórios Em R\$ bilhões



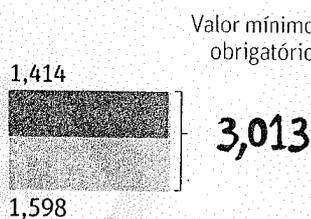
Fluxo de endividamento e de pagamentos de precatórios na cidade de São Paulo Em R\$ bilhões*

Valor pago Valor que não foi pago

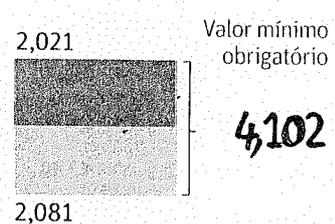
1997 a 2000



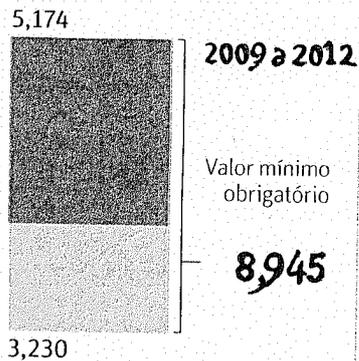
2001 a 2004



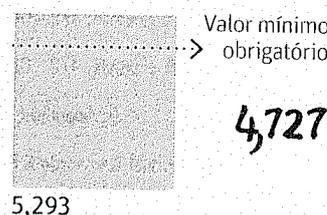
2005 a 2008



* Valores atualizados a preços de hoje



2013 a 2016



CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 JUN 2016

Estados avançam em depósitos e acendem alerta no Banco Central

Sem dinheiro e sob pressão do Judiciário, alguns Estados, como Rio de Janeiro, Paraíba, Minas Gerais e Bahia, editaram leis próprias, permitindo o uso dos recursos de terceiros depositados nos bancos para pagamento tanto de precatórios como de outras despesas, como aposentadorias e salários.

O Supremo Tribunal Federal, porém, mandou congelar de maneira liminar a maior parte das leis, cuja constitucionalidade foi questionada.

O percentual de uso de recursos de terceiros chegou, em alguns casos, a 90% do total depositado, o que acendeu o alerta no Banco Central.

Em janeiro deste ano, a Procuradoria Geral do BC argumentou que o uso dos depósitos judiciais traria riscos para o sistema financeiro.

O principal argumento é que os fundos de reserva constituídos para garantir os pagamentos das causas judiciais poderiam ser insuficientes.

DEVOLUÇÃO INTEGRAL

Nos depósitos de terceiros, o BC alertou que a totalidade dos valores têm que ser devolvidos ao fim dos processos.

Também foi observado que não há, nas leis estaduais, cláusulas que explicitem que a responsabilidade pelo pagamento é dos entes públicos e não dos bancos, o que poderia provocar perdas para as instituições financeiras.

A primeira versão da emenda, aprovada na Câmara, permitia o uso de 40% dos depósitos de terceiros. O número foi reduzido para 20% no Senado e agora será apreciado novamente pela Câmara.

Segundo o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, o percentual foi reduzido para dar segurança de que os depósitos serão honrados. Os 80% restantes compõem um fundo garantidor.

“Foi justamente para evitar o risco sistêmico, embora já não houvesse com 40%.”

Coordenador do Confaz (grupo dos secretários estaduais de Fazenda, André Horta, diz que a emenda é positiva. “É uma solução criativa. Crise sistêmica já existe se os entes não podem pagar suas obrigações”, diz.

Procurado pela **Folha**, o BC informou que não analisou a nova proposta. (EF E MC)

18 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Sobre corrupção

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

Polícia, Ministério Público e Judiciário devem ter vida republicana. Merecem atenção, crítica e controle

UM DOS documentos interessantes que "A Ditadura Acabada" (volume que encerra a série de Elio Gaspari sobre o regime militar) descreve é a ata da 53ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, realizada em junho de 1978. A reunião discute o projeto de emenda para a "normalização política" do país apresentado pelo presidente Ernesto Geisel.

Além da revogação do AI-5, símbolo perfeito do estado de exceção, mas mantendo-se a intangibilidade das normas editadas sob sua vigência, a proposta criava salvaguardas para a contenção de distúrbios.

A ata, classificada como documento secreto, faz parte de acervo do Arquivo Nacional digitalizado em 2009. Ajuda a explicar o cauteloso processo de abertura política e mostra um curioso embate retórico sobre corrupção.

O Ministro do Exército estranha a retirada da corrupção dos motivos autorizadores do decreto do estado de sítio. A corrupção, de fato, foi ingrediente de sucessivas crises, os mares de lama (os da ditadura são lembrados pelo verso "tenebrosas transações", de Chico Buarque) mas o austero presidente Geisel sustenta a mudança afirmando que o fenômeno não tem grande relevância institucional, é "próprio da natureza humana".

Desvios deveriam ser combatidos "tenazmente", mas, por mais grave que fossem seus efeitos ou proporções, não seriam capazes de atingir a "integridade" ou a "independência" do país. É um "mal universal", existe na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, explica Geisel: o

governo pode se "armar" contra a corrupção, mas não se justificam medidas drásticas, típicas do estado de sítio (suspensão de garantias individuais e liberdades), para tentar extirpá-la.

É desconcertante, depois de 38 anos, ver revelado o caráter sistêmico da corrupção.

O Brasil tentou fechar o cerco contra corruptos aprovando leis para a transparência governamental, aderindo a tratados internacionais, punindo lavagem de dinheiro e crime organizado, regulamentando a delação. Em 2003, as penas do Código Penal ficaram mais severas. Em 2013, lei definiu a leniência e a responsabilidade das pessoas jurídicas por atos contra a administração pública.

Mesmo se "armando" de instrumentos legislativos, denúncias de desvios estão no centro dos acontecimentos e hoje comprometem a imagem dos dois governos, o da presidente zumbi Dilma Rousseff e o do presidente interino Michel Temer.

A lei penal não parece ser a solução. Uma reforma política que barateie as eleições e crie cláusulas de barreira para partidos políticos, sim, pode ajudar, assim como é importante assegurar o funcionamento do regime de pesos e contrapesos, de fiscalização generalizada.

Imprensa livre, oposição política, investigadores independentes, punição rápida, direito de defesa e legalidade estrita são condições essenciais para o combate das epidemias de delitos e abusos.

Polícia, Ministério Público e Judiciário devem ter vida republicana, seus projetos e suas ações merecem atenção, crítica e controle. Paradoxalmente, desde 2015, para proteção do sigilo de sua "capacidade investigativa", as polícias estão dispensadas de licitação e de divulgar contratos.

Um dos riscos dos tempos de repressão é perder o controle dos agentes oficiais. Não vale a pena.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Lava Jato ameaçada

SÃO PAULO-Uma ameaça ronda a Lava Jato. Ela não vem dos suspeitos de sempre, que são os políticos de Brasília, mas do próprio STF. A corte iria rediscutir na semana que vem, agora com efeito vinculante, se a decisão que tomou em fevereiro de permitir que réus sejam presos a partir de uma condenação em segunda instância continuará a valer.

O zunzunzum é o de que alguns ministros que votaram pela alteração poderiam mudar de ideia, o que faria com que voltasse a valer a regra de que a prisão só começa após o trânsito em julgado, isto é, até que não haja mais a possibilidade de recurso.

O prejuízo mais visível de uma eventual reversão da jurisprudência é para a Lava Jato. A possibilidade de ser preso logo após a condenação pelo TRF (e não mais pelo STF), ao estreitar os limites temporais da escala das décadas para a de um par de anos, deu enorme impulso às delações premiadas. Sem essa perspectiva de desfecho rápido, aumenta a tentação dos envolvidos de manter a boca fechada.

No que diz respeito ao mérito da questão, não me parece que a execução da pena após a segunda instância represente a dissolução do Estado de Direito como alguns advogados tentam pintar. Condenações injustas sempre ocorrerão, pois nenhum sistema é perfeito. E nem sequer sabemos se as instâncias superiores "acertam" mais ou menos que as inferiores, pois não temos acesso direto ao que aconteceu na cena do crime.

A decisão do STF é positiva porque introduziu um pouco de raciocínio logístico na Justiça. Para ser viável, o sistema precisa resolver a maioria dos casos em suas engrenagens iniciais. Não é uma coincidência que a maioria das democracias maduras adote o segundo grau como padrão. Não o fazem porque desprezem a segurança jurídica, mas porque uma hora o jogo precisa ser para valer. Caso contrário, deveríamos criar o quinto e o sexto graus e assim até o infinito.

18 JUN 2016

18 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Teori homologa delação de ex-aliado de Eduardo Cunha

Fábio Cleto era vice-presidente da Caixa Federal, onde foi colega de Geddel Vieira Lima, hoje ministro de Temer

Mensagens apreendidas pela PF indicaram que Geddel teria atuado em prol da OAS no banco público

GUSTAVO URIBE
VALDO CRUZ
MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Nem bem se recuperou do impacto das acusações feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que causou a saída do ministro Henrique Alves (Turismo), o governo Michel Temer receia que uma nova delação premiada possa causar mais uma demissão no primeiro escalão da administração federal.

Nesta sexta-feira (17), o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki homologou a delação premiada do ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Fábio Cleto, que tem como alvo principal o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A maior preocupação do Planalto, contudo, é que o conteúdo faça referências ou denúncias contra o ministro Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo), que foi um dos vice-presidentes do banco público entre 2011 e 2013.

O temor de assessores é o de que novas acusações aumentem o desgaste na imagem da gestão e aproximem ainda mais a Operação Lava Jato do presidente interino.

Geddel é um dos braços-direitos de Temer.

Nos bastidores, há ministros que já defendem que ele se antecipe, como fez Henrique Alves, e saia da Esplanada antes do vazamento do conteúdo da delação.

No início deste ano, mensagens apreendidas pela Polícia Federal indicaram que o ministro teria utilizado sua influência política para atuar em favor dos interesses da construtora OAS no banco público. Na época, ele negou que tivessem sido cometidas irregularidades nas trocas de mensagens entre 2012 e 2014 com o ex-presidente da empreiteira Léo Pinheiro.

Na delação premiada de Fábio Cleto, há ainda citação lateral a Henrique Alves e implicação ao corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro.

Ele afirmou que havia uma sistemática de pagamentos de propina para liberação de recursos do fundo de investimentos do FGTS e que ela era dividida entre ele, Cunha e Funaro.

Em nota, Cunha afirmou que Cleto foi indicado para a Caixa pela bancada do PMDB do Rio com o apoio dele, “sem que isso signifique concordar com qualquer prática irregular”.

“Se ele cometeu irregularidades, que responda por elas. Desafio a provarem a veracidade dessas delações. Já desmenti também qualquer vin-

culação de qualquer natureza com as contas mencionadas por esses delatores”, disse.

TOLERÂNCIA MÍNIMA

Preocupado com a nova onda de delações, o presidente interino orientou sua equipe palaciana a avisar seus ministros que a regra a partir de agora será de “tolerância mínima” com casos de irregularidades que não tiverem explicações convincentes.

Para assessores e auxiliares presidenciais, contudo, a determinação presidencial envolve riscos, porque o nome do peemedebista também pode voltar a surgir em novas delações premiadas.

A determinação que está sendo passada à equipe é que citados em delações da Lava Jato e sem condições de refutá-las deverão pedir demissão. Se não o fizerem, serão convidados a pedir exoneração ou serão demitidos.

18 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Temer é refém da Lava Jato, afirma advogado de delatores

Defensor de 20 implicados na operação, Figueiredo Basto pede agenda política independente da operação

Criminalista quer que Procuradoria firme delação com todos os interessados e critica leniência para o PT

BELA MEGALE
ENVIADA ESPECIAL A CURITIBA

Advogado com o maior número de clientes delatores na Lava Jato, 20, Antonio Figueiredo Basto diz que a agenda política do Brasil não pode ser pautada pela operação.

Em entrevista à **Folha**, ele afirma que o presidente interino Michel Temer “está refém” da Lava Jato e diz que o peemedebista deve “banciar seus atos e trabalhar com quem confia”. Temer teve três baixas em decorrência da delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Folha - A Lava Jato está dificultando que o país saia da crise?

Figueiredo Basto - Passou da hora de o chefe do Executivo se portar de maneira firme e não se preocupar em agradar quem quer que seja no âmbito da Lava Jato. A operação é fundamental para esclarecer crimes. Mas uma coisa é investigar corruptos, outra é influenciar a atividade política do Estado. Política é competência do Legislativo e do Executivo. Hoje o Brasil está imobilizado por falta de coragem de enfrentamento.

O governo Temer está a reboque da operação?

Está refém da opinião pública e da operação. O governante tem que bancar seus atos e trabalhar com quem confia. Não pode ficar à mercê de um órgão ou do que é divulgado na imprensa para escolher quem estará ao seu lado. O mais importante é ter gente competente para trazer governabilidade ao país.

As pessoas têm medo de criticar a operação?

De maneira geral, sim. Mas nem todos os atos da Lava Jato são adequados. Ela pode ser muito boa como um todo, mas tem problemas, falhas. Criticar uma operação é bem diferente de obstruí-la.

O que deve acontecer com a Lava Jato, então?

Enfrentamento não significa que a Lava Jato tem que parar. Mas não podemos ficar reféns de uma operação que não se sabe quando acabará. É preciso mais do que nunca atitude forte e corajosa por parte do Executivo e do Legislativo para dizer não, colocar a hierarquia de uma forma correta, quem manda e quem obedece.

O que acha da ideia proposta por petista da sigla fazer uma leniência?

Sou contra. Quando um partido trai seus ideais e eleitores, não é o caso de negociar anistia. Isso não falo sobre o PT, mas sobre todos as siglas.

E sobre a delação premiada, todos devem ter direito?

A força-tarefa fez um trabalho brilhante, porém sou contra a ideia de ‘precisamos ter gente punida’. As pessoas já estão punidas, toda colaboração tem aplicação de pena. Sou favorável ao acordo a qualquer investigado. Temos que aprender a graduar as contribuições de acordo com seu valor, e não negá-las. Hoje o que acontece é que quando o MPF escolhe determinadas empresas ou pessoas para fazer a delação, privilegia os maiores e prejudica menores.

Por que é visto como anti-PT?

Não sei, nunca fui filiado a partidos. Acho que é porque fiz colaborações e atingiu o PT. Tanto que eu sou advogado do [senador cassado e ex-petista] Delcídio do Amaral.

18 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Nós contra eles

Em um momento tenso nas relações entre Judiciário, Legislativo e Ministério Público, a Câmara encaminhou dura manifestação ao Supremo em que sustenta que a corte “reduz a frangalhos a democracia representativa” ao afastar Eduardo Cunha sem aval dos deputados. Para a Casa, o STF agiu por “paixões circunstanciais” quando tirou o peemedebista da cadeira. “Nem em tempos de guerra forças alheias ao Parlamento podem interferir nas garantias de deputados”, escreve.

Juntos O texto, apresentado pela Câmara em ação de partidos que questionam a medida do STF, é assinado pelo advogado Renato Ramos.

MÔNICA BERGAMO

NUMA GELADA

A multa aplicada pelo Procon-SP à Skol por causa de uma propaganda considerada abusiva e machista foi mantida pelo TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo). A cerveja questiona o valor de R\$ 305 mil da autuação pelo anúncio, exibido em 2006, e pede sua anulação ou redução.

GELADA 2

Na campanha “Musa do Verão”, uma atriz de biquíni era clonada e depois entregue para vários homens. O Procon considerou que o comercial colocava a mulher em posição de “objeto de consumo”. A Skol disse no processo não haver conteúdo discriminatório. No acórdão, os desembargadores do TJ-SP afirmam que “o argumento da peça publicitária é mais do que infeliz, pois ‘coisifica’ a mulher” e que “há discriminação do sexo feminino”.

GELADA 3

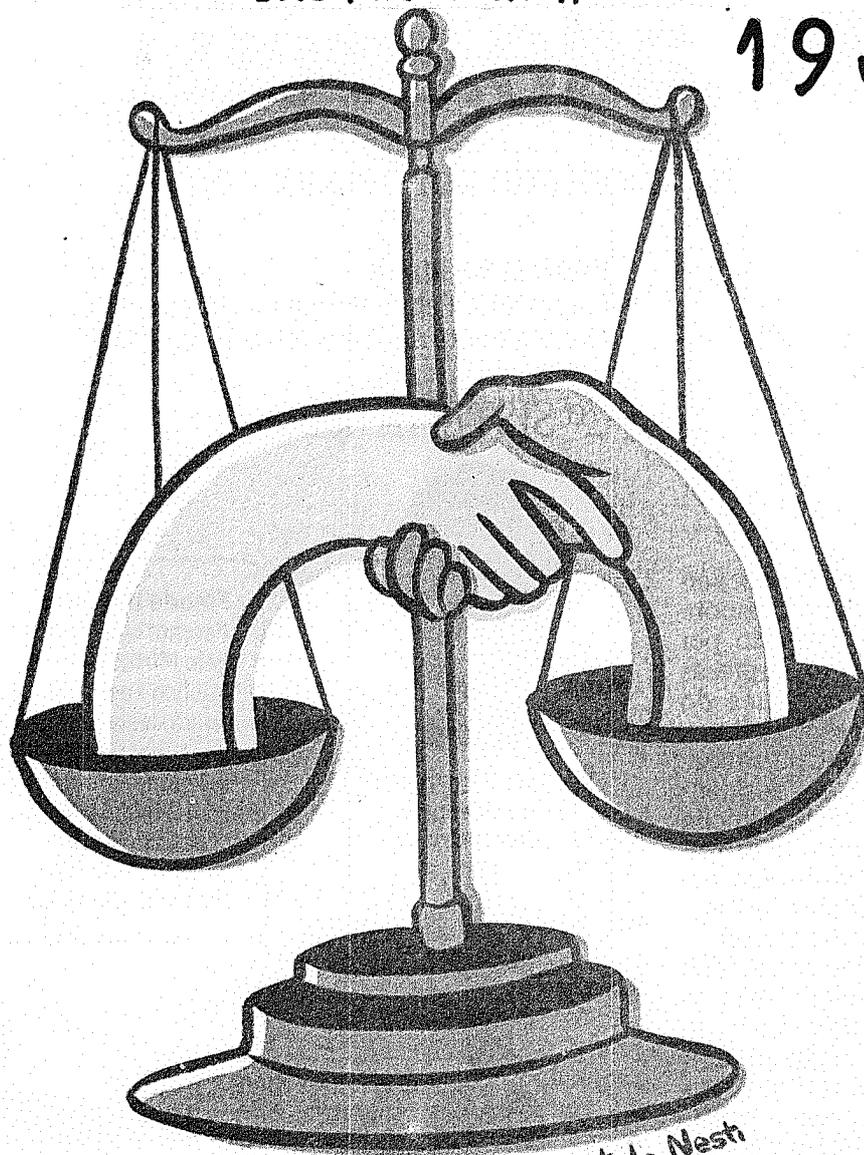
A decisão considerou o valor da multa “compatível” com o porte econômico da empresa. Fabricante da Skol, a Ambev diz em nota que “a companhia não comenta casos em andamento”.

FOLHA DE S. PAULO

Prevenção de litígios

LUIS FELIPE SALOMÃO

19 JUN 2016



O uso da arbitragem como meio extrajudicial ágil de solução de litígios, sobretudo empresariais, colocou o país em outro patamar econômico

CONTINUA

19 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O conflito entre seres humanos sempre foi motivo de abalo da paz, e o antigo sonho da harmonia nas relações sociais e políticas ocasionou inúmeros avanços em nossa civilização.

No Brasil, o acesso à Justiça se revelou uma das grandes conquistas da Carta Constitucional de 1988, garantia que não se limita ao simples ajuizamento de uma demanda perante o Poder Judiciário mas também possibilita a entrada e saída em um processo justo e adequado à solução do conflito.

Recentemente, uma série de leis busca tornar mais real a promessa constitucional.

A utilização da arbitragem como meio extrajudicial ágil de solução de litígios, principalmente em demandas empresariais, iniciada em 1996 e ampliada pela lei nº 13.129 em 2015, quando partes em conflito escolhem, de comum acordo, um ou mais árbitros privados para tomar a decisão, colocou o Brasil em outro patamar na economia global.

Essa segurança jurídica consolidou a arbitragem e atraiu investimentos de grandes empresas, dando ensejo ao surgimento de entidades especializadas nesse segmento e em outros instrumentos de composição e prevenção de litígios.

No âmbito dessas instituições, a mediação também ganhou destaque, por ser método que aproxima as partes e facilita o diálogo entre elas, a fim de que compreendam a origem e as facetas de suas posições antagônicas, permitindo que construam por elas mesmas a resolução do embate, sempre de modo satisfatório e preventivo.

O sucesso desse instituto sensibilizou o Congresso para a criação do Marco Legal da Mediação, que se concretizou com a promulgação da lei nº 13.140, de 2015.

Nessa linha, o novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor no início deste ano, valoriza esses e outros avançados mecanismos que precisam ser difundidos pela sociedade, pois previnem e promovem, a um só tempo, a eficaz pacificação social e carregam perspectiva de racionalidade para a jurisdição estatal, hoje assoberbada pela expressiva quantidade de processos (quase 30 milhões de novos casos por ano, com taxa de congestionamento superior a 70%).

Com esses mecanismos, pode-se resolver de pequenos problemas até questões complexas na sociedade civil. É possível utilizar a normativa para promover a resolução de conflitos, por via da negociação e do diálogo. A Lei da Mediação soluciona muitos dos casos e desafoga uma parte do Judiciário.

Assim, com o objetivo de promover e estimular essas soluções, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em parceria com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), realizará a primeira Jornada sobre Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígio, em 22 de agosto deste ano, em Brasília.

A participação de interessados na jornada se efetiva mediante a apresentação de proposições de enunciados que tratem da interpretação de normas jurídicas ou que orientem a adoção de políticas públicas, assim como práticas no setor privado, relativas à prevenção e solução extrajudicial de litígios (veja pelo site www.cjf.jus.br).

Os enunciados propostos, uma vez discutidos e aprovados pela correspondente comissão científica e pela votação plenária final, serão publicados e amplamente divulgados, estimulando práticas extrajudiciais de prevenção e solução de litígios no poder público e na iniciativa privada.

Ao apoiar a jornada, o Superior Tribunal de Justiça mais uma vez demonstra sua vocação para o título de Tribunal da Cidadania, contribuindo de forma reflexa para tornar mais eficiente a prestação jurisdicional estatal.

LUIS FELIPE SALOMÃO, 53, é ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

19 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

PARANÁ

Moro é tietado e pede combate à corrupção em encontro de juízes

DE CURITIBA- Pouco antes da palestra que daria a um grupo de magistrados em Curitiba, neste sábado (18) pela manhã, o juiz federal Sergio Moro foi abordado por três crianças.

Filhas de juízes, que vieram de todo o país para expressar apoio ao magistrado da Operação Lava Jato, elas pediram um autógrafo, num bloquinho com as inscrições "Passaporte da República de Curitiba".

Com um sorriso, Moro atendeu o pedido. A mãe correu para tirar uma foto do momento.

"Se é para tietar, vamos escolher bem", disse a juíza Joana Feu Rosa, 40, que viajou do Espírito Santo até Curitiba. "Que seja alguém que faz um trabalho íntegro, honesto."

O encontro deste fim de semana, que incluiu um jantar com Moro, foi promovido por um grupo de juízes no Facebook chamado "Magistratura Free". O objetivo, além da troca de experiências entre colegas, era sinalizar apoio ao juiz.

"É algo como: 'Segura firme aí, é sua vez'", disse a juíza aposentada Denise Frossard, ex-deputada federal e responsável pela condenação da cúpula do jogo do bicho no Rio de Janeiro, na década de 1990.

Na palestra restrita a magistrados, Moro fez um histórico da Operação Lava Jato, e falou dos desafios de julgar e combater a "corrupção sistêmica" — termo amplamente utilizado em suas decisões.

Para combater a falta de infraestrutura nas instâncias iniciais, sugeriu a criação de grupos regionais com policiais e promotores para combater crimes na administração pública.

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

'Cittá Dolente'

19 JUN 2016

RIO DE JANEIRO. Seria cômico se não fosse trágico. A atual situação política é um saco de gatos em que todos miam enquanto o país parece naufragar num mar de corrupção generalizada. Há exceções, mas o grosso da manada está dependente de falcatruas em que delatores e delatados se acusam entre si, ao mesmo tempo em que a nação mergulha na "cittá dolente" que Dante colocou na porta do inferno.

O Brasil já passou por crises iguais e até piores, bastando lembrar o suicídio de Getúlio Vargas e o movimento militar de 1964. Contudo, nesses casos, faltou o componente cômico que mantém a plateia consumidora num estado de permanente curiosidade para saber o final da novela. Um final que inclui personagens anedóticos, como Tiririca, que canta um forró numa reunião de políticos, e o Congresso exhibe malabarismos que certamente darão em nada.

Por mais que acusadores e acusados se esbofem em clarificar os escândalos que nem sempre são inéditos, a impressão indica que o país nunca esteve tão exposto internacional e internamente às críticas e até mesmo às zombarias que colocam o Brasil na boca das Matildes.

Temos uma presidente afastada e um presidente interino que em poucas semanas perdeu três ministros recém-nomeados.

Nenhum político, empresário ou administrador está livre de uma delação nem sempre provada, mas possível. Não só da cúpula (e cópula) atual, como no passado. Todos são suspeitos de alguma bandalheira que teve Pero Vaz Caminha como patrono, quando transmitiu ao rei de Portugal nossas deficiências e até excelências, como o sexo cerradinho de nossas índias.

Desconfio dos milhões de dólares que, por exemplo, subornaram um presidente da Câmara cuja caneta se limita aos atos e fatos de um dos poderes da República.

19 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

PGR denuncia ex-ministro do Turismo

Ministério Público da Suíça identificou uma conta secreta do ex-deputado que teria saldo de mais de R\$ 2 milhões

Alves, que deixou o governo interino de Temer na última quinta (16), é acusado de lavagem de dinheiro

AGUIRRE TALENTO
MARCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

A PGR (Procuradoria-Geral da República) denunciou ao STF (Supremo Tribunal Federal) o ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), sob suspeita de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

A acusação tem como base informações repassadas pelo Ministério Público da Suíça, que identificou uma conta secreta do ex-ministro em instituição financeira daquele país.

Os dados foram encaminhados pelas autoridades suíças à PGR. Os investigadores suspeitam que a conta era usada para recebimento de propina no exterior. Segundo pessoas próximas às investigações, a conta de Alves teria um saldo de mais de R\$ 2 milhões.

A informação sobre a denúncia foi revelada neste sábado (18) pela coluna "Radar", da "Veja".

O avanço das investigações da Lava Jato e a descoberta da conta na Suíça provocaram, nesta semana, a demissão de Henrique Alves, um dos peemedebistas mais próximos ao presidente interino Michel Temer.

O ex-ministro foi implicado nas delações de Sérgio Machado, ex-diretor da Transpetro, e Fábio Cleto, ex-vice-presidente da Caixa.

Machado afirmou que repassou ao ex-ministro R\$ 1,55 milhão em propina entre 2008 e 2014.

TERCEIRO

Caso a denúncia seja aceita, Henrique Alves será transformado em réu. Ele foi o terceiro integrante do primeiro escalão de Temer a deixar o governo em suspeição.

Antes dele, foram demitidos os ministros Romero Jucá (Planejamento) e Fabiano Silveira (Transparência) após o vazamento de gravações em que ambos criticaram a Operação Lava Jato.

Investigadores ouvidos pela **Folha** disseram que o caso do peemedebista é semelhante ao do presidente da Câmara afastado, Eduardo Cunha, que também mantinha uma conta em uma instituição bancária suíça.

DELATOR

No início deste mês, o Ao STF, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou ao STF que o ministro atuou para obter recursos desviados da Petrobras em troca de favores para a empreiteira OAS.

Na manifestação à Suprema Corte, o procurador-geral da República afirmou que parte do dinheiro do esquema desbaratado pela Operação Lava Jato teria abasteci-

do a campanha de Alves ao governo do Rio Grande do Norte em 2014, quando ele acabou derrotado.

Até hoje o caso é mantido sob sigilo no tribunal.

>OUTRO LADO<

Alves critica vazamento e diz estar sereno

Em nota, o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) informou não ter recebido citação por nenhum novo pedido de processo contra ele por parte da Procuradoria-Geral da República.

"Tão logo tome conhecimento do seu conteúdo, certamente darei a resposta necessária e rápida diante dos fatos a serem esclarecidos. Mantenho-me sereno, racional e republicano diante do vazamento seletivo".

"Acredito na imprensa livre e nas instituições judiciárias da nossa democracia", afirmou, em nota.

19 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

Barroso critica escolha de Temer para a Educação

Para ministro do STF, pasta deveria ter ficado de fora do arranjo partidário de interino

FERNANDA ODILLA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM LONDRES

O ministro do STF (Supremo tribunal federal) Luís Roberto Barroso defendeu neste sábado (18) que o Ministério da Educação ficasse fora do arranjo partidário feito pelo governo interino de Michel Temer (PMDB).

Sem citar o nome de Temer ou do ministro da Educação, Mendonça Filho, Barroso afirmou que “a população vai cobrar alguém mais comprometido, mais experiente” em relação à pasta.

“A economia eles trataram com a melhor seriedade. Escolheram os melhores que encontraram. Na educação, não foi esse o critério. De novo, nenhum despreço específico à pessoa que está lá. Ali foi uma divisão partidária e não uma divisão de conhecimento”, afirmou Barroso, em Oxford, na Inglaterra, durante o Brazil Forum UK 2016, evento organizado por estudantes brasileiros no Reino Unido.

A declaração foi dada em resposta a uma pergunta da plateia sobre a universalização da educação no Brasil.

“Nada contra o atual ministro da Educação. As escolhas são escolhas políticas [...]. Educação deveria estar fora disso”, afirmou.

Foi a segunda crítica de Barroso ao governo Temer. Em março, em outra palestra, ele disse “Meu Deus do céu! Essa é a nossa alternativa de poder” ao ver uma foto de líderes do PMDB celebrando o rompimento do partido com a presidente afastada Dilma Rousseff.

Em manifestação ao STF tornada pública nesta sexta (17), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que “foram encontrados indícios de possível recebimento de propina” pelo ministro da Educação.

Mendonça Filho teria recebido R\$ 100 mil em vantagem indevida, disfarçada de doação eleitoral na campanha de 2014, segundo o procurador, o que ele nega.

Em Oxford, Barroso ainda afirmou não acreditar que exista uma crise institucional em curso no país. “Uma hora a tempestade vai passar”.

CAIXA

Participante do mesmo seminário, o procurador Deltan Dallagnol, integrante da força-tarefa da Operação Lava Jato, afirmou que o esquema de corrupção identificado na Petrobras não está restrito à estatal. Segundo ele, no caso da Caixa Econômica Federal, a investigação está em “plena expansão”.

Na sexta, o ministro Teori Zavascki, do STF, homologou a delação premiada de Fábio Cleto, ex-vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa.

Segundo Dallagnol, não há como dizer se a Lava Jato está perto do fim.

“Fazemos acordo de colaboração quase mensalmente. Não tem como colocar marco definido. Investigações são muito imprevisíveis”, disse o procurador.

19 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

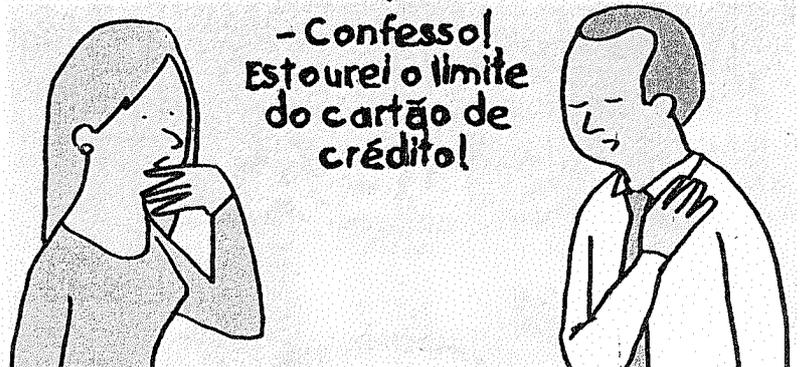
PAINEL

Pior que o 7x1 O Ministério Público Federal aposta que Cunha se tornará réu em mais uma ação no Supremo nesta quarta-feira: "É um pênalti batido em uma ladeira e com o goleiro amarrado", ilustra um procurador.



Será, Dulcinéia? De um importante ministro sobre Cunha cobrar apoio do Planalto para se livrar da cassação: "Ele procura um Dom Quixote para defendê-lo. Não terá."

Delação premiada



JOSÉ SIMÃO

O Cunha foi pras cucunhas. E o Aécio foi citado. De novo? O Aécio virou arroz de festa da Lava Jato!

Bafo da semana: a delação do Machado Motoserra. Não sobrou ninguém!

Se gritar "pega ladrão", não sobra ninguém pra fazer a abertura das Olimpíadas!

20 JUN 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF é mais exposto que cortes semelhantes

México é um dos poucos países como Brasil a exibir sessões pela TV; Japão não torna todas as decisões públicas

Na Alemanha, 93% das decisões são unânimes; nos EUA, mesmo as divergências são menos individualizadas

THAIS BILENKY
GUSTAVO SIMON
DE SÃO PAULO

Em comparação com outros países, o Brasil tem um tribunal superior mais sobre-carregado, com mais divergências internas e maior exposição pública.

O México é uma das raras nações a ter sessões plenárias televisionadas como no Brasil. Lá, como aqui, a corte é apelativa, ou seja, serve como última instância judicial.

Isso leva o tribunal a acolher um número mais elevado de julgamentos. São 14 mil por ano. No Brasil, são cerca de 80 mil.

A Alemanha recebe cerca de 6.000 queixas por ano, mas 99% delas são julgadas em subturmas de três ministros. Os 60 julgamentos restantes são, em geral, resolvidos em uma das duas turmas de oito ministros.

O plenário só se reúne em caso de interpretação divergente da lei.

Um estudo da USP mostra que, na nação europeia, cerca de 7% das decisões têm algum voto individual. No mais, os julgamentos são unânimes.

Nos Estados Unidos, a Suprema Corte, marcada pela divisão ideológica entre seus ministros, julga cerca de cem casos por ano. Entre 1946 e 2009, 70% dos julgamentos não foram unânimes.

Ainda assim, de acordo com o autor da pesquisa, Virgílio Afonso da Silva, as divergências são menos individualizadas. “Em outras palavras, uma decisão por 5 a 4 na Suprema Corte pode ter apenas dois votos, o da maioria e o da minoria, enquanto que uma decisão por 6 a 5, no STF, tenderá a ter 11 votos individuais”, escreveu.

Considerando-se apenas ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade), o Supremo brasileiro registra 75% de decisões não unânimes.

Essa estatística, porém, não computa os casos em que o voto final é o mesmo, mas a argumentação de cada ministro é diferente.

Esse tipo de situação, que elevaria a taxa de discordâncias, é causada por motivos como a ausência de debates prévios, bem como o fato de a votação ser aberta e televisionada, gerando uma tradição de autoria e independência entre os ministros.

VEICULAÇÃO

No Japão, nem todos os julgamentos são tornados públicos, e não há uma regra que determine quais devem ou não ser veiculados na internet, por exemplo.

Na corte superior japonesa, tramitam 10 mil casos por ano, e é comum que ações semelhantes sejam julgadas em bloco, resultando em decisões sintéticas.

No país asiático, os 15 ministros são divididos em três turmas, que julgam o grosso das ações.

O colegiado se reúne cerca de cinco vezes por ano para casos sem jurisprudência ou que terminaram sem consenso nas turmas.

Nos Estados Unidos, os nove ministros são indicados pelo presidente do país e passam por sabatinas rigorosas no Congresso — não raro são reprovados.

Apesar da tensão política em torno do tribunal, o sistema judiciário americano é mais eficiente em filtrar o que chega ao órgão máximo.

Um dos motivos é o tamanho da Constituição, bem mais sucinta que a brasileira, o que reduz a jurisprudência do tribunal.

Outro é o peso maior dado à primeira instância, além da autonomia dos Estados e suas leis próprias.

O ex-membro da Suprema Corte japonesa Koji Miyakawa disse, em artigo, que a politização dos ministros nos Estados Unidos também é vista na França e na Alemanha.

“A sociedade japonesa é diferente da americana. A população espera que o ‘não-partidarismo’ seja uma característica dos membros da Suprema Corte”, comparou.

“Hoje, nenhum dos 15 ministros é membro de partido político ou recebeu indicação de algum deles.”

FOLHA DE S. PAULO

Ministro nega ter mantido funcionária de forma irregular

20 JUN 2016

Padilha foi acusado de ter 'auxiliar-fantasma'

O ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) afirmou neste domingo (19) que ação de improbidade administrativa contra ele tem como base documentos que já foram anulados pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Na ação, ele é acusado de ter mantido uma funcionária fantasma em uma das vezes em que foi deputado federal.

Por meio de uma rede social, o ministro disse que a contratação da funcionária foi feita com base em regra da Câmara dos Deputados que "permite o que a maioria dos deputados faz: manter funcionários no Estado de origem".

Para o ministro, a acusação não foi e nem deverá ser aceita pela Justiça.

"A ação de improbidade contra mim ainda não foi recebida pela Justiça. Não houve nem há qualquer indisponibilidade de bens", disse o ministro ao comentar o pedido do Ministério Público de bloqueio de seus bens, conforme publicado pela revista "Veja" nesta semana.

De acordo com a publicação, a ação de improbidade surgiu a partir de escutas que serviram de base para um processo sobre fraude em licitações no Rio Grande do Sul. Numa delas, a acusação sobre a funcionária fantasma foi mencionada.

O processo foi anulado por uma questão técnica, segundo a "Veja", pois o STF considerou que as gravações foram feitas sem autorização da Corte enquanto o atual ministro era deputado.

MÔNICA BERGAMO

TUDO IGUAL

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve discutir em breve se é legítimo atribuir direitos sucessórios diferentes à esposa e à companheira, como fez o Código Civil. No caso da primeira, na ausência de filhos e pais, ela fica com toda a herança. No caso da segunda, tem que dividir o patrimônio até com irmãos, sobrinhos e tios do falecido.

EM BREVE

O ministro Luís Roberto Barroso liberou o processo para julgamento. Ele viajou no fim de semana para um evento sobre o Brasil na Universidade de Oxford, na Inglaterra, mas volta para as sessões da semana.

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

De choques e limites

SÃO PAULO- Na crise política, o entrelchoque dos atores ajuda a desvelar os limites institucionais. As colisões iluminam os contornos do campo e as regras da disputa.

Se o juiz Sergio Moro não extrapolasse na divulgação de escutas captadas fora do prazo, que envolviam condutas suspeitas de autoridades alheias à sua alçada, o Supremo não teria a oportunidade de expor à sociedade as fronteiras do litígio.

Ao convencer-se de que tinha elementos para obter a prisão do presidente do Congresso, de um senador e de um ex-presidente da República, o procurador Janot possibilitou o esclarecimento dos critérios para a adoção de medidas excepcionais, em outra resposta didática do STF.

O acúmulo e a fortaleza das provas de obstrução da Justiça demonstrados nos casos da prisão do senador Delcídio do Amaral e da suspensão do deputado Eduardo Cunha não se repetiram desta vez. Aqui se aplica a lei penal caso a caso e individualmente, respondeu a corte.

Graças à reação descomedida de Renan Calheiros, que ameaça Janot com o impeachment, o público ficará informado do isolamento do presidente do Senado. Não há indício de desvio de poder a sustentar a ação.

Procuradores de Curitiba também tomam parte no espetáculo. Em paralelo ao bom desempenho dentro das quatro linhas, convertem-se num grupo de lobby que, fora dos autos, promove causas e combate movimentos políticos tidos como hostis.

O virtuosismo de certos procuradores na técnica de investigar e denunciar contrasta com sua tibia teoria do poder. Pressupõem que o sistema político apodreceu, que é preciso destruí-lo por completo para algo íntegro brotar das ruínas e que eles integram a vanguarda da refundação.

O sistema representativo, além do jurídico, imporá moderação a tais destacados acusadores. Não é dos tribunais que se reforma a política. Apenas o autoritarismo admite punição coletiva a representantes eleitos.

20 JUN 2016

20 JUN 2016

BEMPARANÁ

O direito de ser rude, uma necessidade democrática

Juiz defende liberdade de expressão plena e se opõe ao
"politicamente correto" processos jurídicos

Rodolfo Luis Kowalski —

Em tempos de politicamente correto, pensar "fora da casinha" (ou da caixa) — e ainda mais expressar esses pensamentos — pode ser um perigo, considerado até uma afronta. Mas afinal, até que ponto vai a liberdade de expressão? A censura às opiniões faz sentido, ainda mais dentro de uma democracia? São respostas como estas que o juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Max Paskin Neto, busca trazer em seu livro "O Direito de Ser Rude: liberdade de expressão e imprensa".

Sem medo de "dar a cara a tapa", Max discute e se posiciona diante de episódios polêmicos, amplamente repercutidos pela imprensa, como o caso Rafinha Bastos x Wanessa Camargo, Jair Bolsonaro x Maria do Rosário, e chega, inclusive, a se opor a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que condenou o neonazista Ellwanger por ter editado e publicado, no Rio Grande do Sul, obras de Hitler. É que a liberdade de expressão,

segundo o juiz e escritor, deve admitir também e até mesmo os discursos de ódio.

Mesmo sendo as opiniões trazidas no livro polêmicas, há de se ressaltar o fundo nobre na intenção de Max. Como ele próprio aponta em seu livro, é tudo com a intenção "de concretizar a ideia da almejada guarda democrática à liberdade que pretendemos seja a ideal".

Em outro trecho, questiona: "Será que a busca por tanta igualdade de forma absoluta não está caminhando para uma sociedade de padrão único, onde em breve morrerão as diversidades, sendo aceitos somente determinados tipos de comportamento e de pessoas?"

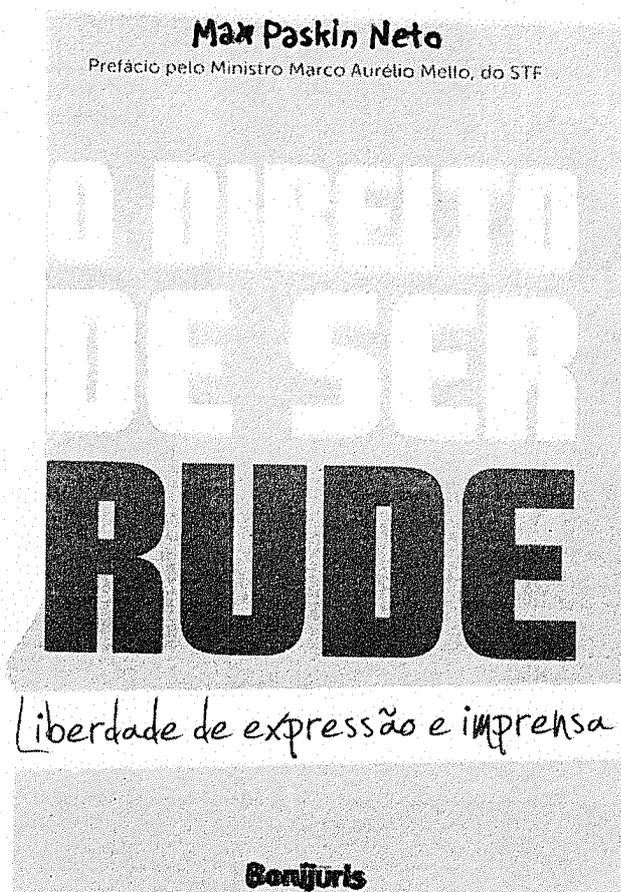
Mas, é preciso ética. "O direito de ser rude não é liberdade para as pessoas saírem se agredindo, mas um direito de proteger sua individualidade. Quero pensar fora da caixa, e tenho que poder manter esse direito de pensar fora da caixa. Mas eu sempre digo: o direito de ser rude deve ser lido: 'direito de ser rude com ética, e quando necessário'", diz.

CONTINUA

20 JUN 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO



“Sou juiz de direito. Na minha atividade, quando vou prolatar uma decisão, não há espaço para opiniões pessoais, mas para a resolução objetiva e pragmática do conflito que é posto. Nem por isso deixo de ter opinião a respeito das questões”

do juiz de direito do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, Max Paskin Neto

Vontade de expressar a própria opinião

Segundo o juiz Max Paskin Neto, a ideia de escrever o livro veio da necessidade e da vontade de expressar sua opinião, de fazer sua voz ser escutada.

“Sinto que o brasileiro fala mal dos sintomas que acometem a sociedade — saúde, educação, segurança. Só que isso tudo é sintomatologia, e quando se olha apenas o sintoma não consegue saber como fazê-lo desaparecer. Então temos de olhar a nossa estrutura normativa e ver o que está gerando esse efeito negativo. E são essas indignações que permeiam a sociedade que permeiam o porque de escrever. Eu sempre digo: eu escrevo fruto das minhas indignações, e aí decido usar a escrita como excelente, saudável válvula de escape”, complementa.

Opositor de muitas vezes enfadonho “politicamente correto”, cujas origens remetem aos Estados Unidos e o qual considera uma ameaça à democracia quando usado de forma exagerada, o autor aponta um descompasso entre a Justiça brasileira e a americana, que já abandonou essa noção exagerada.

CONTINUA

BEMPARANÁ 20 JUN 2016

CONTINUAÇÃO

"É um livro ousado. Alguns criticam, alguns elogiam"

Bem Paraná — Como tem sido a reação, a recepção à obra?

Max Paskin Neto — Olha, tem sido excelente as reações, muito além do esperado. É um livro ousado, inovador. Teve uma reportagem dizendo que o futuro do planeta depende das pessoas desencaxadas, que pensam fora da caixa, porque elas olham o contexto, enxergam a injustiça e buscam uma melhora. Todo o livro tem embasamento científico, além de conhecimentos do cotidiano. Houve várias críticas, tanto positivas como negativas, e até o Alexandre Garcia citou o livro com ênfase, agradecendo, dizendo que está lendo e que o livro o está ajudando a se fortalecer na emissão de suas posições. O papel da imprensa não é só informar, é também formar. Eu sustento posições jurídicas que acredito que seja o único jurista a tê-las, como o direito de resposta como um câncer constitucional que deveria ser abolido ou restrito. Então tem essas posições que muitas vezes alguns críticos não concordaram, mas isso é evidente, porque são posições ousadas, inovadoras, que requerem um debate aprofundado e tempo de maturação.

BP — Até onde vai o direito de ser rude?

MPN — É uma pergunta válida. Cientificamente, conforme está ponderado no livro, vai até o limite da não incitação da violência imediata, que é exatamente o que a jurisprudência americana evoluiu para atender um discurso odioso que deveria ser vedado. A brasileira ainda veda discursos meramente desgostosos, que vão contra a opinião majoritária, popular. A jurisprudência brasileira, então, está um passo atrás da jurisprudência americana, de onde importou essa noção do política-

mente correto. Não pode incitar a violência, e se for uma mentira, uma ofensa dirigida a uma pessoa particular com o dolo, então também deve haver a devida reparação desse dano, nitidamente maldoso, injusto. Mas a melhor solução é a liberdade de expressão absoluta, porque quem é o árbitro? Quem vai dizer o que deve e o que não deve ser dito? O censor costuma ser o governo e isso é um perigo, porque os governantes querem se manter no governo. Então fica ao gosto do freguês, que vai sempre puxar a sardinha para ele.

BP — Como compatibilizar a liberdade plena de expressão com os direitos humanos?

MPN — Essa pergunta achei muito interessante. Mas a verdade é que não há contraposição entre a liberdade de expressão e os direitos humanos. A liberdade de expressão compõe os direitos humanos, e também os direitos humanos dependem e muito da liberdade de expressão para ter eficácia. Eles caminham juntos. Mas é um receio necessário.

BP — As redes sociais vêm sendo uma forma de superar o "politicamente correto" e ampliar o número de vozes, multiplicar as opiniões, ainda mais com a figura do "eu, jornalista"?

MPN — É o ideal. A figura do "eu, jornalista" e as redes sociais é o ideal a ser atingido, até porque os meios de comunicação estão com os dias contados, devem se adaptar ou então morrer, porque o acesso à informação está cada vez mais "on demand". Eu entro e pesquiso a matéria que eu quero, no momento que eu quero, e não fico assistindo o jornal das 10 para ver o que a mídia de massa quer me passar.

Nos Estados Unidos, a imprensa tem muita força. E como combatê-la? Aqui querem fazer lei, resfriar a eficácia. Lá, encontraram um modo alternativo, que é pulverizar a voz de imprensa no máximo de vozes possível. Nas redes sociais, não existe amplitude maior. Minha voz é uma entre milhares com o mesmo ou diferente discurso. É de fato uma questão que deixa a voz do orador, do formador de opinião menos forte em razão da estrutura. E No Brasil temos ainda o problema de a televisão e rádio serem com cessões governamentais. Então preciso pedir autorização ao governo. Lá (nos EUA), já estudam limitar tão omente ao estado da ciência, do número de espectros disponíveis. Então vou vender o espectro, que vai valer como uma ação em bolsa de valores, e o cara tem livre exercício.

CONTINUA

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

20 JUN 2016

BP — Num caso recente, provocou muita polêmica a lembrança de Bolsonaro ao coronel Ustra ao declarar seu voto sobre o impeachment na Câmara. Qual sua opinião sobre o assunto?

MPN — O que acontece ali: a OAB do RJ, que atualmente é gerida pelo PT, novamente pediu a cassação do Bolsonaro em razão do "apelo à tortura". Agora vamos situar. Estamos na Câmara dos Deputados, que representa a população brasileira, e parte da população tem essa opinião. Eu não tenho, já estive com Jair Bolsonaro, mas não concordo com isso, a ditadura é horrível. Mas ali, na Câmara, é um palco teatral. Política tem muita teatralidade, e a Câmara é o local próprio para a emissão de opiniões por parte de representantes do povo. Se tem uma parcela que pensa como ele, que é um dos mais votados. Não tem como dizer que a fala dele foge da finalidade dele no Congresso, de voz contra o maioria, o que é extremamente necessário. Ninguém falou de sair e torturar alguém em dez minutos. Por mais desgostoso que tenha sido, não há fundamento para cassação de mandato. Seria uma sociedade política totalmente imatura.

BP — Como redesenhar a Constituição e também educar a população para realmente fazer prevalecer "o direito de ser rude", a liberdade de expressão plena?

MPN — Olha, uma forte política de educação é absolutamente necessária. Além disso, algo comum é que temos uma vida tão ocupada que não temos nem tempo de olhar para o lado. Mas é preciso chamar para si a responsabilidade. Tem uma frase do Kennedy que gosto muito: "não pergunte o que seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país". Vivemos falando que o Estado não faz aquilo, não faz isso. Mas quem é o Estado? Vamos fazer por nós. Falta esse amadurecimento, um senso de autorresponsabilidade.

20 JUN 2016

BEMPARANÁ

Reajustes

Os deputados discutem e votam hoje nove projetos, incluindo os reajustes salariais para os servidores do Ministério Público, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas, além de Defensoria Pública do Estado. O impacto para 2016 do aumento chega a mais de R\$ 84 milhões. No caso do Tribunal de Justiça, o impacto do aumento é de R\$ 55,8 milhões este ano; R\$ 94,3 milhões em 2017, e R\$ 109,7 milhões em 2018. A despesa total do Judiciário com o reajuste vai chegar a R\$ 1,5 bilhão este ano; R\$ 1,695 bilhão em 2016 e R\$ 1,785 bilhões em 2018. No Ministério Público, o impacto do reajuste é de R\$ 1,416 milhões mensais ou R\$ 16,992 milhões anuais. No Tribunal de Contas, o aumento representará um crescimento de R\$ 28,5 milhões anuais para os cofres públicos.

20 JUN 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PAPEL DO LEGISLATIVO

Celso de Mello anula aumentos de 13% a servidores do TJ-DF

Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia. Foi com essa tese, fixada na Súmula Vinculante 37 do Supremo Tribunal Federal, que o ministro Celso de Mello invalidou decisões administrativas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que estenderam aos servidores daquelas cortes o reajuste de 13,23% decorrente de diferenças salariais.

A decisão segue o precedente da 2ª Turma do STF na RCL 14.872, que firmou o entendimento de que a incorporação da vantagem violou a Súmula Vinculante (SV) 37 do STF. Nas decisões, o ministro Celso de Mello assinalou que a disciplina jurídica devida aos agentes públicos em geral está sujeita ao princípio da reserva absoluta de lei, que veda a intervenção de órgãos estatais não legislativos.

“O princípio da divisão funcional do poder impede que, estando em plena vigência o ato

legislativo, venham os tribunais ampliar-lhe o conteúdo normativo e a estender a sua eficácia jurídica a situações nele não previstas, ainda que a pretexto de tornar efetiva a cláusula isonômica inscrita na Constituição”, afirmou.

Segundo o relator das reclamações, não cabe ao Poder Judiciário atuar na condição anômala de legislador para impor seus próprios critérios. “É que, se tal fosse possível, o Poder Judiciário — que não dispõe de função legislativa — passaria a desempenhar atribuição que lhe é institucionalmente estranha, usurpando competência que não lhe pertence, com evidente transgressão ao princípio constitucional da separação de poderes”, afirmou.

Assim, segundo o decano da corte, os atos em questão divergem do entendimento consolidado na SV 37, “cabendo assinalar, por extremamente relevante, que a 2ª Turma, em recentíssimo julgamento ocorrido em 31 de maio de 2016, consagrou esse mesmo entendimento”, concluiu.

18 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

Beatriz Abagge recebe perdão da Justiça

Justiça concede perdão a Beatriz Abagge

Celso Felizardo
Reportagem Local

Treze dias depois de ter a prisão decretada pela morte de um menino de 6 anos em ritual de magia negra, Beatriz Cordeiro Abagge recebeu nesta quarta-feira o perdão da pena. Em 2011, ela havia sido condenada a 21 anos e quatro meses pelo crime cometido contra o menino Evandro Ramos Caetano, de 6 anos, em Guaratuba (Litoral), em 1992. A liminar foi expedida pelo juiz Naor de Macedo Neto e ainda cabe recurso.

O advogado de Beatriz, Samir Mattar Assad, explicou que os cinco anos e nove meses em que a cliente permaneceu presa nos anos 1990, antes mesmo do primeiro julgamento, foram levados em conta. Com a decisão, ela é considerada culpada, mas

sem obrigação de cumprir o restante da pena. "É uma decisão que atendeu um pedido de indulto feito no começo do ano. Isso precisará ser referendado por dois desembargadores, mas não vejo motivos para uma mudança", comentou Assad.

Desde abril, quando a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Curitiba determinou a prisão dela baseada no novo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), de que permitir a prisão após decisão em 2º grau, Beatriz era considerada foragida. Assad informou que a cliente foi orientada a não se apresentar à Justiça neste período até que o pedido de indulto fosse analisado.

to fosse analisado.

"Se o crime ocorresse hoje, certamente levaria mais tempo para o concedimento do indulto, mas à época, o homicídio qualificado não era enquadrado como crime hediondo", explicou. O homicídio qualificado somente passou a fazer parte do rol dos crimes hediondos a partir da edição da Lei nº 8.930, de 6 setembro de 1994, dois anos após o caso, que ficou conhecido como As Bruxas de Guaratuba. Além de Beatriz, a mãe dela, Celina Abagge, então primeira-dama de Guaratuba, também foi condenada, mas no julgamento de 2011, por já ter completado 70 anos, teve a pena prescrita.

**Mulher foi
condenada por morte
de criança em ritual
de magia negra**

O CASO

Em abril de 1992, Evandro Ramos Caetano, de 6 anos, desapareceu

no caminho entre a casa dele e a escola, em Guaratuba. Cinco dias depois, o corpo do garoto foi encontrado mutilado em um matagal. Mãe e filha foram apontadas como mandantes do crime. Em 1998, o então mais longo júri do País, que durou 34 dias, absolveu as duas por não ficar provado que o corpo encontrado era de Evandro. Quase um ano depois, o júri foi anulado após recurso do Ministério Público, que provou por meio de exames que o cadáver era realmente do garoto. Somente em 2011, o último julgamento, que condenou Beatriz a 21 anos de prisão, foi realizado.

18 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Livre

Em liminar do desembargador Naor Macedo Neto foi concedida liberdade a Beatriz Abagge, condenada a 21 anos no caso das bruxas de Guaratuba. A defesa fez interpretação de um decreto presidencial em favor das sentenciadas com filho menor de 18 anos.

Moro

Magistrados de todo o País chegaram ontem em Curitiba para uma homenagem a Sergio Moro por sua atuação na Lava Jato. Essa celebração se iniciou no Facebook pelo "Magistratura Free", maior grupo fechado de juízes na rede social com 2.631 membros. Boa parte dos integrantes da comitiva se associaram em março à campanha "Eu honro a minha toga - Apoio Incondicional ao trabalho do colega Sergio Fernando Moro". Quando a Lava Jato esteve sob ataque, juízes e servidores com roupa preta puseram faixas à frente de tribunais em defesa de Moro e pela independência do Judiciário. Haverá um jantar de confraternização e hoje pela manhã Sergio Moro faz palestra no Tribunal do Júri só para magistrados e segue-se almoço em Santa Felicidade.

Relevantíssima essa manifestação num momento em que a classe política, flagrada com a mão no jarro, tenta, em manobras sutis ou escancaradas, "melar" a Lava Jato e submeter Rodrigo Janot, Procurador da República, a um impeachment. Isso é quase confissão de culpa como o é toda carga contra o juiz federal. Como se vê, a presunção óbvia é de culpa, não de inocência.

18 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Suspensão das funções

A pedido do Ministério Público (MP) do Paraná, o Tribunal de Justiça suspendeu as funções do prefeito de Corbélia (Oeste), por suspeita de desvio de dinheiro. A decisão, em medida cautelar, também proíbe o gestor municipal de manter contato com testemunhas arroladas em denúncia criminal já apresentada pelo MP. As investigações do núcleo regional do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Cascavel revelaram que, do início de 2013 até novembro de 2015, o prefeito, o secretário municipal de Saúde e dois grupos de empresários organizaram-se para desviar recursos do Município.

Fraude em licitações

Os empresários participavam de licitações fraudadas, já direcionadas a eles, sem qualquer concorrência, e emitiam notas fiscais de produtos não entregues ou em valor maior que o real. De acordo com o Gaeco, pelo menos em seis licitações foi possível identificar desvios de R\$ 413 mil até o momento. O valor cobrado indevidamente do Município era dividido entre os empresários, o secretário e o prefeito.

Militão

●● Não é fofoca, ele disse mesmo: “O presidente do Senado Federal, o alagoano Renan Calheiros sugeriu a alguns colegas ‘estudar um pedido de impeachment contra Rogério Janot, procurador geral da República.’ Mas alguns senadores já disseram que é preciso ir com muita calma nessa hora.

●● O senador gaúcho Lazier Martins defendeu ontem, no Senado, o trabalho dos jornalistas brasileiros, que não podem ser intimidados pelos três poderes do Brasil! Imprensa livre já, lembrou o senador do Rio Grande do Sul.

homologa delação de Fábio Cleto

Fala de ex-vice presidente da
Caixa Econômica Federal tem
como alvo principal o deputado
afastado Eduardo Cunha

Márcio Falcão e
Aguirre Talento
Folhapress

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki homologou a delação premiada do ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Fábio Cleto, que tem como alvo principal o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Também há citação lateral ao ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves e implicação ao corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro, aliado de Cunha.

Agora, a Procuradoria-Geral da República pode usar a colaboração para pedir a abertura de novos inquéritos da Lava Jato e para incluir detalhes em investigações que já estão em andamento no Supremo, além de poder pedir que trechos de eventuais menções de pessoas sem foro privilegiado sejam analisados pelo juiz Sérgio Moro, no Paraná.

*Cunha nega o
envolvimento
dele em
irregularidades*

Segundo a Folha apurou, Cleto afirmou em sua delação premiada que havia uma sistemática de pagamentos de propina para liberação de recursos do fundo de investimentos do FGTS e que a propina era dividida entre ele, Cunha e Funaro. De acordo com pessoa próxima às investigações, Cleto detalhou pagamentos de propina feitos por empresas em cerca de dez operações do FI-FGTS, com o objetivo de captar os recursos do fundo.

Segundo Cleto, ele e Cunha usaram contas no exterior para receber os pagamentos. Um dos casos, já tornado público na delação da Carioca Engenharia, foi para as obras do Porto Maravilha, no Rio, feita em consórcio com a OAS e a Odebrecht. Além desse, Cleto implica outras grandes empresas na corrupção relacionada ao FI-FGTS. Dentre

elas estão não apenas construtoras, mas empresas de outros setores, segundo fontes ligadas à investigação do caso. A reportagem apurou que, em seu relato, Cleto contou que Cunha acertava a propina enquanto ele cuidava do convencimento dos demais conselheiros do FI-FGTS pela liberação dos recursos para as empresas.

O ex-vice da Caixa também implicou no esquema Lúcio Funaro, aliado de Cunha. Cleto citou Funaro como um operador do peemedebista e relatou irregularidades envolvendo-o. Funaro já é investigado no Supremo Tribunal Federal em um inquérito jun-

tamente a Cunha e outros deputados aliados do peemedebista, sob suspeita de atuarem por meio de requerimentos na Câmara para pressionar executivos do grupo Schahin a resolverem uma disputa comercial com Funaro.

OUTRO LADO

Procurado, o advogado de Fábio Cleto, Adriano Salles Vanni, afirmou que não iria comentar. A assessoria de Cunha nega o envolvimento dele em irregularidades. O corretor de valores Lucio Funaro informou, por meio de uma nota, que "não tenho conhecimento da delação, nem dos fatos narrados na mesma, e que estou à disposição das autoridades para prestar os esclarecimentos."

19 JUN 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Recomposição de vencimentos

Os deputados discutem e votam na sessão plenária da próxima segunda-feira na Assembleia Legislativa do Paraná (AL) nove projetos de lei. Quatro deles tratam da recomposição dos vencimentos de servidores públicos do Estado em decorrência de perdas provocadas pela inflação no período de um ano. Já estão em redação final os seguintes projetos: 237/2016, da Procuradoria Geral de Justiça, que trata dos salários dos funcionários do Ministério Público estadual; 238/2016, do Tribunal de Justiça, que se refere às tabelas de vencimentos dos cargos e funções dos servidores dos quadros de pessoal do Judiciário; e o 240/2016, do Tribunal de Contas do Estado, que atualiza a tabela de vencimentos dos servidores daquela Corte.

Correção

O quarto item da pauta relacionado a salários do funcionalismo é o projeto de lei 239/2016, que trata da revisão geral anual de 2016 das tabelas de vencimento e subsídio das carreiras de servidores e membros da Defensoria Pública do Estado, que será discutido em terceiro turno. Todas as proposições estão baseadas no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, e artigo 27, inciso X, da Constituição Estadual, e visam a recomposição dos valores decorrentes das perdas provocadas pela inflação, cujo índice apontado pelo IPCA medido no período de maio de 2015 a junho de 2016 foi de 9,28%.

18 JUN 2016

19 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CRIME

Justiça concede perdão de pena para Beatriz Abagge

● Condenada pela morte de Evandro Ramos Caetano, de 6 anos, em um suposto ritual de magia negra, Beatriz Cordeiro Abagge recebeu o perdão da pena. A decisão, ainda em caráter de liminar, foi tomada pelo juiz Naor de Macedo Neto, do Tribunal de Justiça do Paraná. Em 2011, Beatriz havia sido condenada a 21 anos e quatro meses. O crime ocorreu no Litoral do estado, em 1992. O caso ficou conhecido como Bruxas de Guaratuba. Com isso o pedido de prisão solicitado no início de junho foi revogado. "O que aconteceu é que foi aceito o pedido de indulto, que pleiteávamos desde o começo deste ano, que extingue a pena", afirma o advogado de Beatriz, Samir Mattar Assad. Na época, Beatriz ficou detida por cinco anos e meio. A mãe de Beatriz, Celina Abagge, também foi acusada pela morte, mas por ter mais de 70 anos em 2011, o crime prescreveu para ela, conforme determina a lei.

GAZETA DO POVO

BESSA

Na terra de Moro

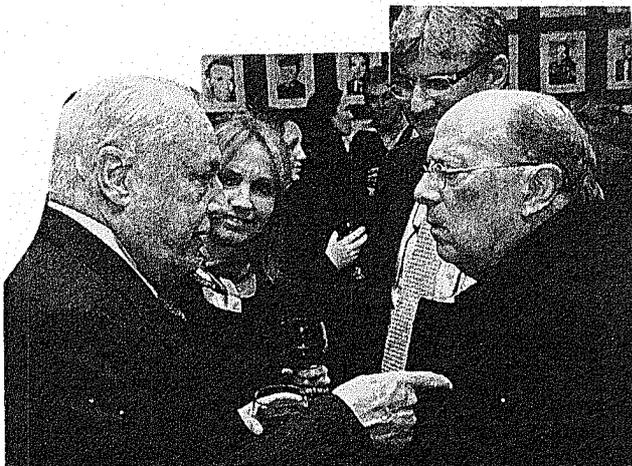
"Boa noite Curitiba, terra do Artigas, do Jaime Lerner e do...Sergio Moro". Palavras do arquiteto paulistano Arthur de Mattos Casas ao ser chamado ao palco no coquetel de lançamento do Ícaro Jardins do Graciosa, na Casa de Festas do Graciosa Country Club. O primeiro citado é o arquiteto João Batista Vilanova Artigas, curitibano que fez carreira em São Paulo.

A vez dela

A advogada Rosângela Wolff Moro, mulher do juiz Sergio Moro, será uma das palestrantes do debate "Marco Regulatório para Terceiro Setor, Lei 13.019/14 e seus Impactos Práticos", que o escritório de advocacia Nelson Willians promove na segunda-feira (20). O evento, das 8h30 às 12 horas, no auditório do Curitiba Trade Center, abordará os reflexos das novas regras para as parcerias entre governos e entidades sociais, incluindo aspectos legais e operacionais sobre a nova forma de se firmar contratos com o poder público.

18 JUN 2016

19 JUN 2016



O jurista Miguel Reale Junior (à dir.) veio prestigiar seu colega René Dotti, que recebeu homenagem nesta semana pelos 55 anos de atividades, na sede da OAB-PR, organizada pelo Grupo de Pesquisa Modernas Tendências do Sistema Criminal da Faculdade de Direito da UFPR.

18 JUN 2016

19 JUN 2016

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR STF

Teori homologa delação de ex-diretor da Caixa que implica Cunha

♥ O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki homologou a delação premiada do ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal Fábio Cleto, que tem como alvo principal o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Também há citação lateral ao ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves e implicação ao corretor de valores Lúcio Bolonha Funaro, aliado de Cunha. Cleto afirmou em sua delação que havia uma sistemática de pagamentos de propina para liberação de recursos do fundo de investimentos do FGTS e que a propina era dividida entre ele, Cunha e Funaro. Segundo Cleto, ele e Cunha usaram contas no exterior para receber os pagamentos.

Extremamente preocupante a ameaça do STF de mudar seu posicionamento quanto à prisão de réus logo após o julgamento em segunda instância. Essa medida tem sustentado a Operação Lava Jato, que, como sabemos, tem muitos inimigos. Está passando a limpo o relacionamento espúrio entre políticos e grandes empresários, e alcançando gente poderosa que se julgava inatingível. Os cidadãos de bem têm de reagir para que tal mudança de posicionamento não ocorra!

Marcos A. P. Lefevre

LAVA JATO

Nossa legislação favorece a impunidade. Todos os corruptos apostam nisso. Usam e abusam de interpretações e aplicações da lei para evitar condenações. E quando aparecem os "Moros" no Judiciário, coisa raríssima, fabricam as acusações de autoritarismo. Pior ainda é o papel de muitos advogados que confundem o exercício da ampla defesa com ações que beiram a cumplicidade e a obstrução da Justiça.

Hanna Goldsea

SÉRGIO MACHADO E TEMER

A delação de Sérgio Machado, sob responsabilidade da PGR, coloca várias cascas de banana no árduo caminho de Temer, acusando parlamentares próximos, e agora o próprio, de um suposto pedido de propina para o ex-candidato à prefeitura de São Paulo Gabriel Chalita, em 2012. Apesar de comentaristas afirmarem que o afastamento de ministros suspeitos desgasta o presidente interino, seria interessante saber da opinião pública se não ocorre o contrário, pois, diferentemente de Dilma, Temer toma imediata atitude de afastar o suspeito. Machado surgiu como o mais poderoso de todos os distribuidores de propina do país, acusando de A a Z, aparentemente superando até os maiores empreiteiros do país. Perto do delator da PGR, os de Sergio Moro parecem criancinhas.

Eliana França Leme

18 JUN 2016 | 19 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Conservador e enrolado com a Justiça, “centrão” dita os rumos da Câmara

Cria de Eduardo Cunha (PMDB),
bloco composto por 13 partidos e
42% dos deputados e pressiona
políticas do governo Temer

Euclides Lucas Garcia

● Eles representam 42% da Câmara Federal e foram os grandes responsáveis pela aprovação do impeachment da presidente afastada Dilma Rousseff (PT) na Casa. E agora têm ditado decisões importantes para o governo Michel Temer (PMDB). São os 218 deputados do “centrão”, que passaram a comandar a Câmara desde a eleição de Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para a Presidência da Casa, em fevereiro de 2015. Agora, num passo ainda mais ousado, pretendem eleger o sucessor do peemedebista.

Arquitetado por Cunha, o bloco é composto por 13 partidos: PP, PR, PSD, PTB, PRB, PSC, Pros, SD, PEN, PTN, PHS, PSL e PT do B. Hoje, o grupo é a principal força política na Câmara, como ficou demonstrado na votação do impedimento, quando 82% dos seus parlamentares se posicionaram contra Dilma e praticamente definiram a derrota da petista — com quem também negociaram o voto até o último momento.

A postura anti-PT, porém, está longe de representar apoio incondicional a Temer. Antes mesmo da primeira votação na Casa sob a nova gestão, o presidente interino não conseguiu emplacar o líder do governo que gostaria e teve de ceder à pressão do centrão. A contragosto, a vaga ficou com André Moura (PSC-SE), umbilicalmente ligado a Cunha, ao contrário do que queria o Planalto. O grupo ainda conquistou seis cadeiras na Esplanada — entre elas a da Saúde, com o paranaense Ricardo Barros (PP) — e postos importantes no segundo escalão.

“O centrão se criou como uma espécie de polo de poder para se contrapor às forças majoritárias de PMDB e PSDB. O grupo é a expressão de um conjunto de forças políticas que se organizou em torno de uma agenda de poder”, analisa o cientista político Murillo de Aragão, presidente da consultoria Arko Advice.

Bancada “BBB”

Além de marcar território na briga por espaço e poder em Brasília, o centrão tem outros dois elos bastante fortes. O primeiro é o perfil conservador do grupo, formado majoritariamente pela chamada “bancada BBB” da Câmara: da Bíblia, da bala e do boi. No total, o bloco controla 53% da bancada evangélica, 49% da bancada da segurança pública e 46% da bancada ruralista.

“É uma bancada com uma agenda muito conservadora do ponto de vista social, ligada a valores tradicionais. Isso também ajudou a aglutiná-la em torno da liderança do Cunha, que é um sujeito que defende sem nenhuma reserva sua religião, os valores que professa”, afirma Antônio Augusto de Queiroz, analista político e diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Outro ponto que une o grupo são os problemas com a Justiça. Segundo o projeto Excelências, da ONG Transparência Brasil, 62% dos deputados do centrão têm pendências no Judiciário e em tribunais de contas. Como comparação, o índice entre os 513 parlamentares federais é de 53%.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 JUN 2016
19 JUN

FORÇA EMERGENTE

Além do poderio numérico no plenário da Câmara, o "centrão" trabalha para eleger o próximo presidente da Casa. Veja quem são os líderes do grupo e os nomes mais fortes na disputa.

ROGÉRIO ROSSO (PSD-DF)

Ex-governador tampão do Distrito Federal, é líder do PSD de Gilberto Kassab, ministro de Ciência e Tecnologia e Comunicações. Logo no primeiro mandato como deputado federal, presidiu a comissão que aprovou o parecer a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

JOVAIR BARANTES (PTB-GO)

Líder da bancada do PTB na Câmara, exerce o 6º mandato consecutivo. Pelas mãos de Eduardo Cunha, foi o relator da comissão do impeachment na Casa. No governo Dilma, controlava a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tendo indicado todos os presidentes do órgão desde 2011.

ANDRÉ MOURA (PSC-SE)

Um dos mais fiéis integrantes da tropa de choque de Cunha, é o líder do governo Temer na Câmara. Dono de uma longa ficha judicial, é investigado na Lava Jato por corrupção passiva, ativa e lavagem de dinheiro em operações envolvendo o banco Schahin. Ainda responde a seis inquéritos no Supremo Tribunal Federal, um deles por tentativa de homicídio. Exerce o segundo mandato na Casa.

AGUIAR DORIBEIRO (PP-PB)

Líder do maior partido do centrão, o PP, está no segundo mandato de deputado federal. Foi ministro das Cidades no governo Dilma entre fevereiro de 2012 e março de 2014. É investigado na Operação Lava Jato por suposta formação de quadrilha para prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

"TRAIÇÃO"

Maranhão diz que vai retirar da CCJ consulta que beneficiaria Cunha

● O presidente interino da Câmara dos Deputados, Waldir Maranhão (PP-MA), disse nesta semana a adversários do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que pretende retirar da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a consulta que é vista como uma forma de reverter em plenário o pedido de cassação do peemedebista aprovado pelo Conselho de Ética nesta semana. Maranhão disse a deputados que perdeu a confiança até nos interlocutores de seu partido e no chamado "centrão", que quer voltar a ser um vice-presidente da Casa e ficar longe dos holofotes. As conversas se intensificaram após a aprovação do pedido de cassação de Cunha no Conselho de Ética e seu indicado para presidir a CPI do DPVAT, Luís Tibet (PTdoB-MG), perder a vaga para o deputado Marcos Vicente (PP-ES), patrocinado pelos aliados de Cunha. A consulta que pode livrar o deputado afastado da perda do mandato está na pauta de segunda-feira (20) das discussões da CCJ. O pedido de retirada ainda não chegou à CCJ e a Secretaria Geral da Mesa informou que desconhece a intenção de Maranhão. Se Maranhão confirmar a retirada, a consulta será arquivada sem precisar passar por votação na comissão.

Músicos são condenados por incitação a crimes

Membros da banda mineira UDR, conhecida por músicas com temáticas violentas, foram condenados a três anos e oito meses de prisão

Rafael Rodrigues Costa

Os integrantes da banda UDR, de Belo Horizonte, foram condenados no fim de maio por incitação a crimes e discriminação religiosa pela Justiça mineira. A decisão atendeu uma ação feita em 2012 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que denunciou os músicos por incitação a “crimes de estupro de vulnerável, homicídio e uso de drogas” e disseminação de preconceito religioso por meio das letras de músicas satíricas como “Clube Tião”, “Bonde da Orgia dos Travecos” e “Vômito Podraço”. Procurado pela reportagem, o MP não conseguiu localizar o promotor responsável para comentar a denúncia.

O juiz Luís Augusto César Fonseca entendeu que os dois réus “inequivocavelmente” (sic) incitaram a prática de crimes e praticaram atos preconceituosos. Para o

magistrado, os autores das canções “claramente” ultrapassaram o direito à liberdade de expressão e violaram o respeito e dignidade da pessoa humana. Ele condenou os músicos a três anos, oito meses e 22 dias de prisão e 120 dias-multa – pena convertida em multa e prestação de serviços. Os músicos vão recorrer.

Defesa

A dupla, formada pelo MC Carvão (Thiago Ataíde Machado) e o Professor Aquaplay (Rafael Gonçalves Costa), se defendeu dizendo que o objetivo das músicas era fazer sátira e humor, e que não teve a intenção de incitar preconceito ou a prática de crimes.

Os músicos divulgaram na quarta-feira (15) uma nota na página do Facebook da banda dizendo que respeitam a decisão da justiça, mas que discordam “com veemência do teor da decisão”. Eles anunciaram o fim das atividades da banda, formada em 2003.

“A UDR reitera que sempre promoveu a inclusão, o combate a toda e qualquer forma de preconceito e o questionamento das mazelas da nossa sociedade, por meio da sátira e do escárnio”, diz a nota. A dupla não respondeu ao pedido de entrevista da reportagem.

18 JUN 2016

19 JUN 2016

A UDR ficou conhecida no underground em meados dos anos 2000 usando a internet para distribuir gravações caseiras de músicas que satirizavam gêneros como funk carioca e o grindcore, com letras de conteúdo sexual, violento e macabro.

Centenas de seguidores da banda defenderam os músicos na postagem. A principal crítica à decisão da Justiça questiona se a condenação não fere a liberdade de expressão.

Em entrevista ao site “Noisey”, o advogado da dupla, Paulo Roberto Pagani Moreira, disse que o MP não apresentou nenhum documento na denúncia, e sugeriu que o juiz tomou a decisão baseado em “convicções religiosas ou por não gostar da música”.

O advogado também questionou o fato de a denúncia se basear na divulgação das letras. Ele argumenta que a única prova do MP é um site onde as letras foram publicadas provavelmente por algum fã da banda.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

18 JUN 2016

19 JUN 2016

Para especialista, caso mostra necessidade de discutir limites

• Na avaliação do advogado Ivan Xavier Vianna Filho, o conteúdo das letras do grupo, embora de "absoluto mau gosto", não chega a ser ilícito. Em sua interpretação, a banda aparentemente quis fazer uma afronta, mas não pareceu ter a intenção de ferir os sentimentos religiosos de alguém.

Ex-Juiz de Direito e Mestre e Doutor em Direito do Estado, Vianna acredita que a decisão deve ser reformada em outras instâncias. Para ele, a denúncia acaba dando à obra uma visibilidade que ela não mereceria.

Vianna explica que casos como este, para os quais não há critérios absolutamente objetivos, envolvem uma carga maior de subjetividade. Ele argumenta que tanto a denúncia quanto a decisão do juiz podem ter sido motivadas por visões ideológicas ou religiosas diante da violência das letras da banda.

Segundo o advogado, cada vez mais o Poder Judiciário tem sido acionado para resolver casos assim, em que pessoas se sentem atingidas na honra enquanto o outro lado evoca a liberdade de expressão. E que o "embate dialético" que eles envolvem mostram que é necessário discutir o tema e definir melhor os limites para abusos.

"Fomentar manifestações de vários segmentos da sociedade é fundamental para que encontremos um ponto de equilíbrio", diz o advogado. **(RRC)**

18 JUN 2016

19 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



20 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Mesmo sem estrutura completa, Casa da Mulher Brasileira abre no fim de semana

● Inaugurada na última quarta-feira (15), a Casa da Mulher Brasileira passou o fim de semana de portas abertas, em Curitiba. O esquema de plantão é parte da estratégia do local: ter profissionais disponíveis 24 horas. Apesar da disponibilidade do serviço, nenhuma mulher buscou o serviço. Os primeiros atendimentos ocorreram na semana passada, sete só na quinta-feira. Ainda assim, neste primeiro fim de semana, a Casa da Mulher Brasileira recebeu visitas de transeuntes e moradores da região, curiosos sobre o espaço próximo ao terminal do Cabral. Por ora, só os serviços da prefeitura funcionam no local. Em 40 dias, haverá também Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, Ministério Público e o Juizado da Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça.

REINALDO BESSA

Moro na prateleira

O juiz Sergio Moro é aguardado nesta terça-feira na loja da Livraria Curitiba do ParkShoppingBarigüi para o lançamento nacional do livro *Lava Jato – O juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil*. Escrito pelo jornalista Vladimir Netto, repórter TV Globo de Brasília, o livro foi editado pela Sextante.

20 JUN 2016

GAZETA DO POVO

Último vendedor de “pixulecos” resiste na Praça da Justiça

Após o auge dos protestos, Wanderley Santos é o único ambulante a manter ponto em frente à sede da Justiça Federal, mas o movimento está “fraco”

Felippe Anibal

De um mês pra cá, as tardes do ambulante Wanderley Santos, de 63 anos, têm sido de marasmo e poucas vendas. Ele é o último vendedor de camisetas, bandeiras e “pixulecos” que ainda marca ponto na praça localizada em frente da sede da Justiça Federal, no bairro Juvevê, em Curitiba. Longe do furor registrado em meses anteriores, quando protestos se sucediam nos arredores do prédio em que trabalha o juiz Sergio Moro, o comerciante viu o movimento arrefecer.

“Caiu bastante. Não está tumultuado como estava em março. Nos fins de semana, até vem um ou outro grupo de turista. Mas, em geral, é isso” — e mostra a Praça da Justiça vazia.

Enquanto espera pelos clientes, Santos faz palavras cruzadas e sudoku, para passar o tempo. Ele não revela quanto chegou a ganhar no auge das manifestações pró-Lava Jato — diz

“O CARA AÍ”

“Tomara que o cara aí pegue todos [os corruptos]”, diz o vendedor Wanderley Santos, apontando para uma camiseta que estampa o rosto do juiz Sergio Moro. “[Agora,] nós vamos votar em quem? Parece que não sobrou nenhum. O povo está quebrado.”

que “comércio varia muito” —, mas admite que as vendas rarearam. Na tarde de quinta-feira (6), vendeu só duas camisetas da “República de Curitiba” (a R\$ 40 cada) e um pequeno boneco inflável que representa o ex-presidente Lula usando roupa de presidiário (o chamado “pixuleco”, comercializado a R\$ 20).

“Na semana passada, eu fiquei três dias sem vender nada, nada”, diz. “‘Pixuleco’ está em baixa. Parece que o pessoal perdeu o interesse.” Bandeiras do Brasil e adereços com as cores do país também encalharam.

Já que a “febre verde e amarela”, como ele diz, parece ter passado, Santos tem cogitado deixar o ponto. Pouco a pouco, ele já tem trocado a Justiça Federal por outras aglomerações, como jogos de futebol, shows e eventos religiosos. “O nosso ramo oscila. Então a gente vai aonde tem mais gente”, diz.

O vendedor diz que acompanha política “meio de longe”. Ainda que não estivesse muito seguro, votou em Aécio Neves (PSDB) nas últimas eleições, “mas por falta de opção”. Se considera um apoiador da operação Lava Jato e torce para que “caiam todos os corruptos”.

20 JUN 2016

GAZETA DO POVO

DELAÇÕES NÃO PREMIADAS

KELLY KADANUS E KATINA BARANI

"Ex-doleiro" está a um passo da liberdade

Odoleiro Alberto Youssef (foto) está contando os meses para deixar a carceragem da PF em Curitiba. Depois de uma "calibragem" nos termos do seu acordo de delação premiada com o MPF, ele vai passar a cumprir prisão domiciliar em novembro deste ano, quatro meses antes do previsto. O destino de Youssef ainda não está definido, mas deve ser mantido em sigilo, segundo seu advogado, Figueiredo Basto, que confia que o "ex-doleiro" não deve reincidir no crime. "Tenho certeza que ele vai tentar fazer o melhor para ele e a família, a reincidência é descartada", diz. Youssef foi preso na Lava Jato em março de 2014, depois de quebrar o acordo de delação firmado em 2004, no caso Banestado. "Não há frustração [de Youssef]. Há o reconhecimento de que o acordo foi excelente. A colaboração dele é a principal da Lava Jato, sem ela a investigação não teria chegado ao que chegou", observa Basto.

"Alô, Bessias!?"

Citado na conversa gravada pela PF entre a presidente afastada Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula, Messias [Jorge Messias], ou "Bessias", como ficou conhecido, ligou na última semana na 13ª Vara Federal de Curitiba. O motivo: avisar ao juízo que Dilma "está ciente" do ofício encaminhado a ela pelo juiz Sergio Moro. No documento, enviado na terça-feira, Moro consulta a presidente sobre a possibilidade de ela prestar depoimento como testemunha de defesa do empreiteiro Marcelo Odebrecht. Dilma tem o prazo de cinco dias para se manifestar.

Nova delação

O ex-assessor do PP João Claudio Genu pode se tornar o próximo delator da Lava Jato. Segundo a defesa dele, um possível acordo está em negociação com o MPF. Por enquanto, ele está separando os temas que possam interessar aos procuradores da força-tarefa e montando os anexos dos termos de colaboração. Genu, que foi réu do mensalão, trabalhava como assessor do ex-deputado José Janene, morto em 2010. A colaboração dele na Lava Jato deve ser focada na Diretoria de Abastecimento da Petrobras.



Jonathan Campos / CP

20 JUN 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



19 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Manifesto irrealista

Um mês depois de o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra Martins Filho, ter afirmado que os períodos de crise econômica exigem reformas que flexibilizem a legislação trabalhista e reduzam encargos para que as empresas não quebrem e fechem postos de trabalho, “enforcando empreendedores e trabalhadores”, 19 dos 27 ministros da Corte assinaram um manifesto defendendo teses diametralmente opostas. O manifesto foi lançado no dia 10, no encerramento de um congresso de Direito do Trabalho promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15.^a Região.

O manifesto defende a continuidade das leis trabalhistas em vigor, alegando que eventuais reformas “em tempos de crise econômica, política e ética” resultarão na “desconstituição de direitos” – e, por tabela, na redução de benefícios sociais e na dispensa em massa, comprometendo o princípio da “sociedade justa e igualitária” previsto pela Constituição.

Apesar de a equipe econômica do governo ter se limitado a afirmar que é preciso modernizar a legislação trabalhista editada pela ditadura varguista, sem ter entrado em detalhes, o manifesto afirma que uma “agressão” ao Direito do Trabalho irá “desproteger 45 milhões de trabalhadores, vilipendiar 10 milhões de desempregados, fechar os olhos para mi-

lhões de mutilados e revelar-se indiferente à população de trabalhadores”.

Descrevendo sem juízo crítico a instituição à qual pertencem como rápida, moderna e eficiente, “qualidades que atraem críticas”, os ministros do TST alegam que, em 2014 e 2015, a Justiça do Trabalho destinou aos trabalhadores mais de R\$ 33 bilhões em créditos decorrentes do descumprimento da legislação trabalhista. E propiciou uma receita de R\$ 5 bilhões para o Estado, entre custas e créditos previdenciários. Por isso, diz o manifesto, com inequívoco enviesamento político, a “desconstrução” do Direito do Trabalho será nefasta nos planos econômico, “com a diminuição de valores monetários circulantes e menos consumidores para adquirir os produtos oferecidos pelas empresas”, e político, “pela instabilidade causada e consequente repercussão nos movimentos sociais”. O que poderá levar à diminuição do Índice de Desenvolvimento Humano, pois “um dos requisitos do desenvolvimento é a superação da exploração e da desigualdade, tema que é a pedra angular da Justiça do Trabalho”.

Esses argumentos são exagerados e irrealistas. Com cerca de 1,7 mil textos legais, entre leis, portarias e súmulas, a legislação trabalhista brasileira é contraditória. Ela onera as empresas e mina sua competitividade. A rigidez dos mecanismos de proteção previstos na legislação inibe a contratação

de trabalhadores com carteira assinada. Em sete décadas de vigência, essa legislação não acompanhou o avanço da tecnologia e seu impacto nas relações de trabalho. Por isso, longe de configurar uma “desconstituição” do direito do trabalho, a simplificação da legislação trabalhista pode dar mais impulso à expansão do emprego formal.

Além disso, por conferir às empresas e aos sindicatos trabalhistas a liberdade de negociar regras diferentes da lei, o fortalecimento da negociação coletiva pode propiciar soluções criativas para que os patrões possam contornar os efeitos da recessão e os empregados possam manter o emprego num cenário econômico adverso. O prevaletimento do negociado sobre o legislado, com previsão de sanções para a parte que descumprir o que foi acertado, permite que as regras trabalhistas sejam ajustadas à especificidade de cada setor produtivo.

O que mais chama a atenção no manifesto dos 19 ministros do TST é que, sem conhecer o texto da reforma trabalhista que nem sequer existe, eles resistem a qualquer mudança. Chegam a ver nos cortes orçamentários que foram feitos em todos os setores da máquina pública, por causa da recessão, uma “retaliação contra o papel social e institucional” da Justiça do Trabalho. Esse manifesto revela um preocupante desconhecimento da realidade brasileira e um inquietante apego a interesses corporativos.

19 JUN 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Parecer do STF pede aval da Câmara sobre cassação

● Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a Câmara dos Deputados defendeu que a suspensão do exercício do mandato de um parlamentar seja submetida ao Congresso em até 24 horas.

A manifestação foi enviada a uma ação direta de inconstitucionalidade que tramita no Supremo apresentada pelos partidos PP, PSC e SD. Um dos objetivos da ação é reverter o afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), aprovado pelo tribunal no dia 5 de maio.

O mecanismo defendido pela Câmara é o mesmo usado no caso de prisões preventivas, como aconteceu no ano passado com o então senador Delcídio Amaral (sem partido-MS).

Na peça, a Câmara diz que o afastamento temporário do exercício do mandato de parlamentar "constitui clara inovação na ordem jurídica brasileira" e que atitudes como essa não foram tomadas nem em "períodos de exceção". "Mesmo 'em tempos de guerra', forças alheias ao Parlamento não podem interferir nas garantias de seus membros", diz o parecer.

Para a instituição, a decisão do Supremo em relação a Cunha "abre para o porvir da história constitucional do País um horizonte em que a democracia representativa, valor fundamental da nossa República, pode ser reduzida a frangalhos".

No parecer, a Casa diz que a sua manifestação "não tem a pretensão de fazer a defesa pessoal desse ou daquele parlamentar" e que está discutindo o tema de maneira "impessoal, jurídica e constitucional". "O importante é o cumprimento da Constituição, sem casuísmo", diz o documento. / ISADORA PERON

CNJ 20 JUN 2016

Centro de audiências de custódia de Curitiba já recebeu 1,3 mil casos

Inaugurado em janeiro no prédio onde funcionou o Presídio do Ahú, o Centro de Audiências de Custódia de Curitiba (PR) se tornou referência.

Recentemente, foi elogiado pelo professor e doutor irlandês Conor Foley, pesquisador do Human Rights Law Centre, da University of Nottingham, e membro do Painel de Peritos do Departamento de Criminologia da Universidade de Leicester. No último dia 31, ele visitou o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR).

"Ele ficou impressionado com a maneira de trabalharmos, com a limpeza, a estrutura e a organização do local", disse o supervisor do Centro de Audiências de Custódia de Curitiba, juiz Leonardo Bechara Stancioli, que coordena o centro desde maio. O magistrado diz que a fase mais difícil de implantação das audiências de custódia, o de adaptação, já passou. "É algo novo para nós e também para a

CONTINUA

população, que precisa ser corretamente informada", disse.

Houve ajustes de procedimento. Após as audiências em que a liberdade é concedida, o preso era liberado no próprio centro, o que gerava tumulto na região. "Agora, eles são devidamente reconduzidos às delegacias de origem para retomarem seus pertences e, de lá, são liberados, o que torna o processo mais seguro e organizado", disse.

Desde que entrou em funcionamento, a unidade já realizou 1.364 audiências de custódia. Delas, cerca de 70% tratavam de flagrantes de roubo e furto. Do total, 55,9% dos casos foram convertidos em prisão preventiva e houve 5% de casos de reincidência.

Estrutura - Após São Paulo, Curitiba foi a segunda capital brasileira a receber um Centro de Audiências de Custódia. Inaugurado em 15 de janeiro, em cerimônia com a presença do

CONTINUAÇÃO

CNJ 20 JUN 2016

presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, o centro funciona desde dezembro de 2015. As audiências de custódia começaram a ser realizadas em Curitiba em julho de 2015. No Paraná, além de Curitiba, também já implantaram o projeto – que é uma determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Londrina, Cascavel, Maringá e Foz do Iguaçu. Segundo dados do conselho, de 31 de julho de 2015 a 17 de maio deste ano, foram realizadas 4.469 audiências de custódia no estado.

Localizado no antigo Presídio do Ahú, o novo Centro de Audiências de Custódia de Curitiba tem cerca de 600 metros quadrados. A estrutura inclui uma área de segurança, para recepção do custodiando, duas salas de audiência, salas de assistência social, de medidas e penas alternativas e de monitoramento eletrônico, e gabinetes para promotores, magistrados, **(CONTINUA)**

20 JUN 2016

CNJ

CONTINUAÇÃO

advogados, defensores públicos, psicólogos e assistentes sociais que fazem parte do projeto. O local conta ainda com quatro celas, cada uma com capacidade para receber até oito pessoas.

Fonte: TJPR

20 JUN 2016

CARTA CAPITAL

Barros cuida da saúde. Do seu clã

INTERINO Engenheiro, o ministro tem desde Maringá trajetória pouco saudável

POR RENÉ RUSCHEL, DE CURITIBA

O ministro interino da Saúde, deputado Ricardo Barros, é um homem obstinado pelo poder. A percepção é compartilhada entre seus aliados tanto quanto os opositores. “Se no início da carreira ele já era uma máquina de triturar adversários, imagino que agora tenha se transformado em um tsunami”, confidenciou um ex-assessor que prefere manter o anonimato.

O “início da carreira” foi em 1988, quando se elegeu prefeito de Maringá (PR), com apenas 29 anos de idade. À época, seu capital eleitoral era a memória do pai, Silvio Magalhães Barros, que na década de 1970 fora prefeito e deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A partir de então, instalou no município a sede do seu QG político, que mais tarde se transformaria numa espécie de principado familiar. Uma estrutura político-partidária cujos tentáculos têm um único objetivo: torná-lo o grande líder político do estado. Até o momento, o projeto é exitoso.

Em seu quinto mandato como deputado federal e após negociações com o vice-presidente Michel Temer no processo de votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o engenheiro civil Ricardo Barros ocupa a cadeira de ministro da Saúde. Sua esposa, Cida



A ambição sem limites esbarra em dez inquéritos no Supremo Tribunal

Borghetti, é vice-governadora do tucano Beto Richa e candidata declarada a sucedê-lo em 2018. A filha, Maria Victória Borghetti Barros, eleita aos 22 anos deputada estadual com mais de 44 mil votos, ensaia uma candidatura à prefeitura de Curitiba pelo Partido Popular. O irmão, Silvio Magalhães Barros II, foi prefeito de Maringá entre 2004 e 2012, secretário de Estado do Planejamento de Riel, e se prepara para disputar novamente a prefeitura da cidade.

Mas o risco à saúde pública nacional pode estar diretamente ligado ao

modelo de gestão a ser implementado por Barros no ministério. Caso o ministro adote as mesmas políticas praticadas durante sua passagem pela chefia do Executivo de Maringá, as consequências poderão ser as piores possíveis. Após quase 25 anos, ainda adormecem nas gavetas e salas dos tribunais pendências jurídicas de atos cometidos contra o Erário, servidores e a população. No site do Supremo Tribunal Federal constam dez inquéritos contra Barros.

Em 1990, enquanto a inflação atingia o estratosférico índice de 1.639,1% ao ano, segundo o IPC-Fipe da época, Barros simplesmente revogou a lei que reajustava trimestralmente o salário dos servidores, ocasionando uma perda em seus rendimentos da ordem de 36,22%. Estima-se que perto de 3,5 mil pessoas, entre aposentados, pensionistas e herdeiros foram vítimas do golpe cujo desfecho se arrasta até hoje pelos tribunais. O valor da ação, segundo o Sindicato dos Servidores Municipais de Maringá, é estimado em mais de 72 milhões de reais.

No ano seguinte, o Ministério Público Estadual ajuizou uma ação pública na 2ª Vara Civil por fraude em licitação na venda de coletores de lixo. Uma comissão foi nomeada para efetuar a avaliação dos bens, que, após apresentação de valores, foram “vendidos” à prefeitura de Luiziana, no Paraná, por 1,01 milhão de reais. O que o MP constatou é que tudo não passou de farsa. O interesse do município nunca existiu e os equipamentos foram adquiridos por Luiz Carlos Toledo Soares, integrante da comissão indicado por Barros.

O processo circulou por todas as instâncias legais, até que, em fevereiro de 2014, o Superior Tribunal de Justiça condenou o ex-prefeito a ressarcir os valores desviados. Em 28 de março, publicou em edital que o “acórdão transitou em julgado (...) e registrou a baixa dos autos ao Tribunal de Justiça do Paraná”. Não cabe mais recurso.

CONTINUA

CARTA CAPITAL 20 JUN 2016

CONTINUAÇÃO

Outro processo que corre na Justiça beneficiou amigos e tem forte conotação política. Às vésperas do ano eleitoral, Barros abriu um saco de bondades para favorecer a eleição de seu candidato em 1992. Concedeu uma "remissão parcial de tributos municipais com descontos em desconformidade com as leis específicas". Ou seja, em vez do índice máximo de 30%, alguns privilegiados foram beneficiados com até 98% de desconto. Uma Ação Popular ajuizada na 3ª Vara Cível de Maringá foi julgada procedente e decretou "a nulidade dos atos de concessão de remissão tributária" e condenou os réus a "ressarcir os prejuízos causados aos cofres públicos". A estimativa de valor dessa ação deve atingir a casa de algumas dezenas de milhões.

Desde então, o processo tramita pelos corredores da burocracia legal. A defesa recorreu a todas as instâncias e foi perdadora. Em 2007, o ministro Teori Zavascki, relator do Recurso Especial nº 728.702, no STJ, negou o "seguimento do recurso especial" solicitado pelos advogados. Restava apelar ao Supremo Tribunal Federal por meio de um Agravo Regimental. Em 4 de junho de 2013, a 1ª Turma do STF, presidida pelo ministro Marco Aurélio Mello, "por maioria dos votos (...) negou provimento ao agravo regimental". O processo retornou ao Tribunal de Justiça do Paraná e encontra-se sobrestado na 1ª Câmara Cível, que no linguajar jurídico significa temporariamente suspenso.

O escândalo mais recente aconteceu em 2011, quando Barros era secretário da Indústria e Comércio do governador Beto Richa e seu irmão, Silvio Barros II, prefeito de Maringá. Segundo gravações telefônicas feitas pelo Ministério Público com autorização da Justiça, ele teria orientado o chefe de gabinete da prefeitura a fazer um "acordo" entre duas agências de comunicação que disputavam licitação de publicidade da administração municipal, no valor de 7,5 milhões de reais. Segundo o MP, Barros pretendia interferir em favor de uma das empresas que, desde 2005, tinha contrato com a prefeitura e havia trabalhado em campanhas eleitorais da família.

O caso chegou ao STF, uma vez que, como parlamentar, tem foro privilegiado. A defesa nega qualquer irregularidade. Não é o que pensou o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. Para Janot, há indícios de práticas criminosas,

além de existir "diligência em andamento, cuja conclusão se revela imprescindível" para elucidação do caso. O ministro Luiz Fux, do STF, baseado no parecer do Procurador negou o arquivamento da ação, que segue seus trâmites em Brasília. Caso a PGR o denuncie ao STF, o inquérito pode resultar em ação criminal. •

Supremo Tribunal de Justiça

Desto modo, o recurso especial não pode ser conhecido pela aplicação analógica da Súmula 284-STF, que dispõe ser "inadmissível a recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente, por si só, a manutenção do julgado e o recurso não obrange talos eles".

3. Diante do exposto, nega seguimento ao recurso especial. Intimesse.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2007.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

RECURSO ESPECIAL
Nº 728.702-1
Relator: Teori Albino Zavascki
Data do julgamento: 11 de fevereiro de 2014 (hora de julgamento)
Brasília, 11 de fevereiro de 2014 (hora de julgamento).
MINISTRO MARCO AURÉLIO MELLO
Presidente

Supremo Tribunal Federal
Tribunal de Justiça - Brasília, DF



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 574.217
PROCED.: PARANÁ
RELATOR: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE. (A/S): JOSÉ ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA
AGD. (A/S): WALTER ALEXANDRINO
AGD. (A/S) E RICARDO JOSÉ MACALHAES BARROS
ADV. (A/S): HORÁCIO HUMESCHINI
AGD. (A/S): MUNICÍPIO DE MARINGÁ
PROC. (A/S) (ES): PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

Decisão: Por maioria dos votos, a Turma negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio Mello. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Marco Aurélio Mello. Justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux, Presidente, 1ª Turma, 4.6.2013.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio Mello, Presidentes à Segunda os Senhores Ministros Dias Toffoli e Rosa Weber. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Luiz Fux, Presidente.

Subprocuradora-Geral da República, Dr.ª CLÁUDIA Sampaio Marques.

Carsten Lillian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma

CERTIDÃO DE TRÂNSITO E TERMO DE REMESSA

Certifica que o v. acórdão retro transitou em julgado no dia 28 de março de 2014.
Registro e baixa destas autos (do) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

Brasília - DF, 31 de março de 2014

SUPREMO TRIBUNAL F
Brasília, 3 de junho de 2016

DECISÃO	A	A
Acompanhamento Processual		
Processo		
RICARDO JOSÉ MACALHAES BARROS		
Inq 1129	DIREITO PENAL - Crimes Federais em Geral - Crim. Org. - Crimes de Responsabilidade	
Inq 1092	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Agentes Públicos - Prestito	
Inq 1094	CRIME DE RESPONSABILIDADE PRESTITO NA PRINCIPAL DILITAÇÃO PÚBLICA - PARANÁ - PROMISSÃO	
Inq 1173	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Agentes Públicos - Prestito	
Inq 1024	DIREITO PENAL - Crimes Federais em Geral - Crim. Org. - Crimes de Improbidade	
Inq 1045	DIREITO PENAL - Crimes Prestitos por Funcionários Públicos - Crimes de Improbidade em Geral	
Inq 1096	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Atos Administrativos - Prestito	
Inq 1172	DIREITO PENAL - Crimes Federais em Geral - Crim. Org. - Crimes de Improbidade em Geral - Crimes de Improbidade	
Inq 1176	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Agentes Públicos - Prestito	
Inq 1182	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - Agentes Públicos - Prestito	
Protocolo		
Sem nova petição apresentada para a desconstatação.		
Petições		
Não foram petições apresentadas para a desconstatação.		

Folha corrida.
Desvio de verbas no caso do lixo (acórdão do STJ). Remissão de tributos para amigos e toda a ficha de Barros no Supremo Tribunal

GAZETA DO POVO 20 JUN 2016

**Sergio Moro participa de encontro
privado com juizes em Curitiba**

Juiz Sergio Moro foi alvo de tietagem pelos colegas. Marcelo Andrade/Gazeta do Povo

Dezenas de magistrados de vários estados brasileiros vieram a Curitiba neste fim de semana para participar de uma confraternização que tem como figura central o juiz Sergio Moro, da Operação Lava Jato. O principal ponto da programação foi a palestra ministrada por Moro na manhã deste sábado (18) no Tribunal do Júri de Curitiba. A reportagem apurou que estiveram presentes mais de 170 juizes de várias regiões do país, tanto da justiça federal quanto da estadual. Entretanto, não foi possível acompanhar a conversa – o convite era “exclusivamente para magistrados” e família.

CONTINUA

Grupo secreto

O evento foi organizado pelo "Magistratura Free", um grupo fechado e secreto criado no Facebook do qual participam mais de 2,6 mil juízes estaduais e federais. Conforme explicou um dos administradores do grupo, o juiz Rogério de Vidal Cunha, de Foz do Iguaçu, à Associação de Magistrados do Paraná (Amapar), o grupo foi criado para ser um espaço de debate "aberto e franco da magistratura, onde não há limitações de pauta ou de visões de mundo."

A pauta, segundo o juiz Vitor Bizerra, do Tribunal de Justiça da Bahia, era livre: os magistrados puderam conversar com Moro sobre o processo da Lava Jato, os métodos de trabalho adotados pelo magistrado e os desafios da empreitada.

CONTINUA

“O caso de Moro é emblemático porque a Lava Jato é muito grande, ganhou holofotes. Mas juízes de todas as comarcas enfrentam dificuldades semelhantes às dele. Nós sabemos que existe muita pressão, inclusive política. É indiscutível. Temos milhares de Moros no Brasil. O Moro conseguiu mostrar que essa pressão existe e conquistar apoio da sociedade à magistratura”, disse Bizerra, que vestia uma camiseta preta com os dizeres ‘Somos todos Moro’ e ‘Magistratura Free’.

Em relação às críticas à condução da Lava Jato e aos métodos aplicados por Moro, como os acordos de delação premiada, Bizerra destacou que magistrados normalmente “desagradam alguma das partes”. “O estado de direito garante algumas prerrogativas ao magistrado para que ele possa realizar seu trabalho. O juiz deve aplicar seu entendimento jurídico com liberdade.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 JUN 2016

Claro que não está imune a erros, mas o próprio sistema judicial prevê a reforça de sentenças. O índice de reforma das decisões de Moro é baixíssimo, o que mostra que do ponto de vista jurídico ele tem acertado.”

Apoio e tietagem

A homenagem a Moro foi uma mobilização espontânea de alguns magistrados e não iniciativa de associações da magistratura. Muitos dos participantes da homenagem aderiram à campanha nacional “Eu honro minha toga – apoio incondicional ao trabalho do colega Sergio Moro”.

Durante o evento, vários juízes vestiam as camisetas pretas com a frase “Somos todos Moro” estampada.

CONTINUA

20 JUN 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Bizerra confirmou o clima descontraído de tietagem, principalmente durante o jantar por adesão na noite de sexta-feira (17), no restaurante Madalosso.

“Claro que houve tietagem e fotos.

Houve euforia entre os colegas, mas não só por causa do Moro, mas porque foi um momento de encontro entre colegas.” O grupo Eu MORO com ele, criado no Facebook pela esposa do juiz, Rosângela, postou uma foto do jantar.

Blog do Esmael – 17/6/2016

Caso Gazeta do Povo: fim do casamento entre mídia e judiciário no país?



As 45 ações de juízes do Paraná contra jornalistas que divulgaram seus vencimentos no *ex-jornal* Gazeta do Povo, em fevereiro deste ano, pode ser muito mais do que uma simples *vendetta* da toga que viu demagogia nas reportagens, conforme registro na época do **Blog do Esmael**, para livrar a cara do governador **Beto Richa (PSDB)** envolvido nos escândalos da Operação Quadro Negro (corrupção nas escolas) e da Operação Publicano (corrupção na Receita Estadual).

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Esse enfrentamento entre juízes e jornalão pode ser sinal de fadiga desse casamento nacional que já dura 11 anos, iniciado no mensalão (AP 470), em 2005, cujo funcionamento se deu a partir de vazamentos e pautas fáceis para os conglomerados de comunicação — o que lhe barateou os custos nas coberturas. Foi um casamento de aparência e de conveniência, portanto.

O esgarçamento do relacionamento mídia-judiciário recrudescceu com o afastamento da presidente eleita **Dilma Rousseff**, pois se acreditava que os magistrados iriam “afrouxar” principalmente para os políticos do PSDB e do PMDB com a ascensão do vice **Michel Temer (PMDB)**. Pelo jeito, faltou combinar a tática com os russos.

Nesse rol de denúncias, em tempo de Lava Jato, certamente há anunciantes e protegidos dos barões da velha mídia chafurdando na lama da corrupção. Os interesses econômicos contrariados desses párias, que não pensam a Nação, deixa-os

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

nervosos — no limite do rompimento do “conúbio”.

O indício de que não se trata apenas de um desarranjo local é o fato de que os barões da mídia nacional colocaram seus cães de aluguel, as suas entidades de classe, para morder os calcanhares dos juízes. Eles não atuaram como bombeiros no velho estilo deixa-disso. Pelo contrário, apagaram o fogo com gasolina.

Neste sábado (18), em Curitiba, o juiz federal **Sérgio Moro** será palestrante num evento com 2,6 mil magistrados de todo o país denominado “Magistratura Free”, que vem a ser o maior grupo de debates da magistratura nacional no Facebook. Nesse encontro, certamente o caso Gazeta do Povo virá à tona.

O evento “Magistratura Free” será realizado no Tribunal do Júri de Curitiba. O encerramento será amanhã, ao meio dia, com almoço no tradicional Restaurante Madalosso, no gastronômico bairro Santa Felicidade.